



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MICHELE MAIA MENDONÇA MARINHO

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL**

FORTALEZA

2021

MICHELE MAIA MENDONÇA MARINHO

ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Lidia Eugenia Cavalcante.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M291a Marinho, Michele Maia Mendonça.

Acessibilidade informacional para músicos com deficiência visuaol / Michele Maia Mendonça Marinho. – 2021.

114 f. il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Lidia Eugenia Cavalcante.

1. Acessibilidade informacional. 2. Musicografia Braille. 3. Partitura em Braille. 4. Pessoas com deficiência visual. 5. Músicos cegos. I. Título.

CDD 020

MICHELE MAIA MENDONÇA MARINHO

ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento

Aprovada em: 06 / 04 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lidia Eugenia Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus, dono de todo poder e sabedoria!

Aos meus pais, Rosália Maia e Francisco de Assis Bezerra Mendonça, *in memoriam*

Ao meu amado esposo Allyson Matias, grande motivador na minha caminhada dos estudos!

À minha mãe de criação Noeme Maia de Oliveira!

À minha irmã Marília Maia!

AGRADECIMENTOS

Ao Soberano Deus, autor e consumidor da minha fé, que cuidou de mim nos momentos mais difíceis, tendo operado maravilhas por meio de pessoas enviadas, sempre me dando coragem para não desistir e aproveitar as oportunidades.

À Prof. Dr^a Lidia Eugenia Cavalcante que, com carinho e perseverança, nos orientou neste Mestrado, e mesmo à distância, não a impediu de acreditar que eu conseguiria, gratidão sempre.

Aos membros da banca, pelas observações e privilégio meu de tê-los como leitores e, ainda, orientadores deste trabalho, colocando-me como eterna aprendiz.

Aos professores do Curso de Educação Inclusiva (2017), que contribuíram para ampliar nossa visão nessa área, em especial Rosa Maria Goes Sampaio, orientadora da especialização, gratidão.

À Universidade Federal do Ceará, representada por seu Sistema de Bibliotecas e Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

À Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UFC, da qual participamos e crescemos muito com cada amiga participante e ações para inclusão desenvolvida.

À Seção de Atendimento à Pessoa com Deficiência da UFC e demais instituições, que prontamente nos receberam, na medida do possível, devido à pandemia.

Ao grupo de pesquisa em Educação Musical Inclusiva da UFC, que me aceitou como participante, no finalzinho do semestre, e me fez aprender muito sobre a temática de modo geral.

A todos que, quando falávamos do tema, empolgavam-se e se alegravam conosco.

Aos respondentes da pesquisa, que contribuíram de modo grandioso à lapidação deste estudo, trazendo informações detalhadas e valorosas.

À Veruska Maciel, secretária do PPGCI/UFC, que não desistiu de mim em momentos de enfermidade, sempre me motivando para um futuro de esperança.

À minha turma amada, cada um contribuindo para meu crescimento em todas as formas do saber, principalmente nas relações interpessoais, sabendo que é

no diferente que se agrega, um corpo com muitos membros, cada um com sua função, citando aqui uma passagem bíblica.

A todos os professores – não dá para citar um por um –, pois até aqueles que não são do PPGCI contribuíram. Nas pequenas passagens pelos corredores, podíamos crescer até com um simples olhar.

Enfim, aos meus amigos mais próximos, que sabem o quanto vale o mover de Deus, juntamente com o esforço, claro, e viram este milagre criar forma ao seu devido tempo. Assim, toda honra e glória e poder e sabedoria ao Rei dos Reis e Senhor dos Senhores. Porque por Ele, por meio dEle e para Ele são todas as coisas.

“Assim diz o Senhor: não se glorie o sábio na sua sabedoria, nem se glorie o forte na sua força; não se glorie o rico nas suas riquezas”... (Jeremias 9:2).

RESUMO

O estudo trata da acessibilidade informacional de músicos com deficiência visual no âmbito da musicografia, mediante o uso de partituras em Braille e tem como problematização de que modo ocorre o comportamento informacional dos músicos cegos dos cursos de Música em Fortaleza - Ceará para acessar a informação musical que necessitam no âmbito de sua formação? Quais são as ações dos cursos de Música e das bibliotecas que atendem a esses cursos, em relação à mediação da informação musical e da acessibilidade? O objetivo geral da pesquisa foi analisar como acontece a acessibilidade informacional para os estudantes com deficiência visual em cursos de Música na cidade de Fortaleza - Ceará, mais especificamente em relação ao acesso e uso das partituras em Braille. Os objetivos específicos foram: mapear instituições cearenses dedicadas a esse público e que possuam partituras em Braille; identificar usuários reais e potenciais da partitura em Braille e estudar de que modo ocorre o comportamento informacional das pessoas com DV em relação à informação musical; averiguar como ocorre a mediação da informação no ensino-aprendizagem, na adaptação de materiais para se chegar à leitura de partituras pelos usuários; e, por fim, verificar as estratégias de atuação das bibliotecas com relação à acessibilidade informacional de pessoas cegas. Apresenta estudo empírico realizado em quatro instituições educacionais: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Instituto Hélio Góes – Sociedade de Assistência aos Cegos e Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. É uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter exploratório, que parte inicialmente de pesquisa bibliográfica e documental para composição de um corpus teórico. Na parte empírica da pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada com estudantes com deficiência visual do curso de Música da UFC. A referida entrevista se embasou no Modelo de Comportamento de Busca por Informação de Wilson, de 1981 e 1996. Os dados apontaram que esta pesquisa, contribui com a temática da acessibilidade e da inclusão, bem como com a realização de estudos acadêmicos no campo da deficiência visual.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Musicografia Braille. Partitura em Braille. Pessoas com deficiência visual.

ABSTRACT

The study deals with the informational accessibility of musicians with visual impairments in the scope of musicography, through the use of sheet music in Braille and has as a question how the informational behavior of blind musicians from Music courses in Fortaleza - Ceará occurs to access musical information they need in the context of their training? What are the actions of Music courses and libraries that attend these courses, in relation to the mediation of musical information and accessibility? The general objective of the research was to analyze how informational accessibility happens to students with visual impairments in Music courses in the city of Fortaleza - Ceará, more specifically in relation to the access and use of the Braille scores. The specific objectives were: to map Ceará institutions dedicated to this public and that have Braille scores; identify real and potential users of the score in Braille and study how the informational behavior of people with DV in relation to musical information occurs; to investigate how mediation of information occurs in teaching-learning, in the adaptation of materials to reach the reading of scores by users; and, finally, to verify the libraries' strategies of action in relation to the informational accessibility of blind people. It presents an empirical study carried out in four educational institutions: Federal University of Ceará, State University of Ceará, Hélio Góes Institute - Society for Assistance to the Blind and Alberto Nepomuceno Music Conservatory. It is a qualitative research, with an exploratory character, which initially starts with bibliographic and documentary research to compose a theoretical corpus. In the empirical part of the research, the semi-structured interview was used as a data collection instrument, conducted with visually impaired students from the UFC Music course. This interview was based on Wilson's Information Search Behavior Model, from 1981 and 1996. The data showed that this research contributes to the theme of accessibility and inclusion, as well as academic studies in the field of disability visual.

Keywords: Information accessibility. Braille Musicography. Braille sheet music. Visually impaired people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma musicografia.....	38
Figura 2 – Mulher Rendeira (partitura em Braille).....	
Figura 3 – Modelo de comportamento de busca por informação de Wilson (1981)...	52
Figura 4 – Modelo de comportamento de busca por informação de Wilson (1996)...	54
Figura 5 – Suzuki Violin Method	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas de Inclusão.....	21
Quadro 2 – Fontes de Informação sobre Musicografia Braille.....	35
Quadro 3 – Total de artigos por base.....	39
Quadro 4 – Bibliotecas Públicas do Brasil com Partituras em Braille.....	42
Quadro 5 – Anais de Encontros sobre Música e Inclusão.....	45
Quadro 6 – Estrutura curricular - disciplina Musicografia Braille e outras disciplinas optativas.....	76
Quadro 7 – Mapeamento de acervo em Braille.....	83
Quadro 8 – Cursos de música x alunos com DV.....	84
Quadro 9 – Caracterização dos estudantes entrevistados.....	85
Quadro 10 – Questões da entrevista semiestruturada.....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL.....	19
2.1	“Nada sobre nós, sem nós”: evolução histórica em torno da participação plena	23
2.2	Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência.....	26
2.3	Sistema Braille: leitura e escrita para as pessoas com deficiência visual	27
2.4	Musicografia Braille e inclusão informacional	33
2.4.1	<i>Partitura em Braille</i>	37
2.5	Acessibilidade, Musicografia Braille e a Ciência da Informação	38
3	COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	45
3.1	Estudo sobre os sujeitos na CI	47
3.2	Modelos de comportamento informacional: busca e uso da informação.....	51
3.2.1	<i>Modelo de comportamento informacional de Wilson</i>	51
3.3	Educação inclusiva e o ensino e aprendizagem em Música	576
4	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	63
5	ACERVOS EM BRAILLE NO CEARÁ.....	70
5.1	Bibliotecas Públicas.....	70
5.2	Instituto Hélio Góes.....	71
5.2.1	<i>Biblioteca Braille Josélia Almeida</i>	72
5.3	Universidades públicas Federal e Estadual.....	72
5.3.1	<i>Universidade Federal do Ceará (UFC)</i>	72
5.3.1.1	<i>O curso de Música da UFC</i>	75
5.3.2	<i>Universidade Estadual do Ceará (UECE)</i>	78
5.3.2.1	<i>O curso de Música da Universidade Estadual do Ceará</i>	79
6	METODOLOGIA	80
6.1	Pesquisa Empírica.....	82
7	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	83

7.1	Aspectos relacionados à mediação da informação na visão dos estudantes	85
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	111
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento das sociedades, a inclusão social, como a concebemos em seus conceitos, evoluiu e adquiriu novas abordagens e paradigmas. Para Mazzota e D'Antonio (2011), no Ocidente, a partir da década de 1980, importantes movimentos sociais e ações políticas foram influenciados por essa temática e, na Europa e nos Estados Unidos da América, na década anterior, ou seja, nos anos de 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência constava nos direitos sociais básicos de relevantes documentos legais e normativos. Para esses autores, a inclusão social pode ser observada na participação ativa das pessoas nos grupos sociais respeitando-se a diversidade individual e a pluralidade cultural, com direitos garantidos. No entanto, este era um alvo ainda a ser conquistado na década de 1970, pois não se tinha a participação ativa das PCD.

Sabemos que as diferenças são inerentes a cada ser humano, assim como as especificidades relativas à aprendizagem de cada indivíduo. A realidade das pessoas com deficiência (PCD) também possui singularidades quanto às suas capacidades e potencialidades de desenvolvimento, aproveitamento e assimilação da informação e do conhecimento. Para que esse processo aconteça com equidade de direitos e oportunidades, é condição *sin ne qua non* também a acessibilidade, o direito à informação, à educação e à comunicação por meio de instrumentos facilitadores para o exercício pleno de sua cidadania.

No contexto das instituições educacionais, faz-se necessário que seus colaboradores conheçam e reconheçam a importância das ações inclusivas e assistivas para que possam interagir e, de modo holístico, possam participar das atividades integrantes do processo de inclusão, excluindo-se assim a barreira atitudinal.

Esta pesquisa foca-se no estudo voltado para as pessoas com deficiência visual (DV), cuja tipologia se encaixa no campo sensorial. Para se comunicarem, elas se utilizam especialmente da oralidade, do tato, olfato e audição nas relações com a sociedade. Estudaremos especificamente aqueles pertencentes ao grupo que possuem interesses, habilidades e competências para música.

O interesse pelo tema **se justifica** pelo encadeamento dessa pesquisadora com experiências ao longo da vida, participação em projetos de

acessibilidade de instituições culturais e educacionais, além de cursos de formação específicos. Entretanto, alguns fatores principais foram motivadores desta pesquisa, dentre eles a nossa afinidade com a música desde a infância, tendo essa temática sido estudada na monografia de graduação do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará.

Concluimos, recentemente, pesquisa sobre musicografia Braille no curso de Especialização em Educação Inclusiva na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e atuamos hoje profissionalmente em Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição que atende um público diverso em suas necessidades informacionais. Outro fator que também nos impulsionou para continuidade dos estudos dessa temática foi o fato de que, em 2016, ingressou na UFC o primeiro aluno cego do curso de música. A inexistência de um acervo de partitura em Braille originalmente proveniente da biblioteca universitária, nos motivou fortemente a estudar o assunto.

Existe um serviço de informação específico de digitalização e conversão de material bibliográfico para os alunos cegos, realizado pela Biblioteca Universitária em parceria com a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui. No entanto, dos usuários atendidos, ainda não tinha nenhum proveniente do curso de Música. Cada curso faz diferença no atendimento, pois serão produzidos materiais conforme as disciplinas e especificidades.

Por conseguinte, a demanda nova do curso de Música pede conhecimento da comunidade acadêmica como um todo, inclusive do bibliotecário responsável por mediar e criar estratégias para satisfazer as necessidades de seus usuários de informação. No caso da Musicografia *Braille*, o contexto é complexo, pois conforme estudos já realizados, a saber de Fabiana Bonilha, *Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores*, *Do toque ao som : o ensino da musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva* e *O papel da biblioteca como espaço de disseminação da musicografia Braille: uso de ferramentas tecnológicas na produção de partituras para cegos*, há carência grande de partituras nesse formato, cuja causa envolve muitos fatores.

Dessa forma, entendemos que o acesso e uso da informação é a base para o conhecimento, principalmente no que tange às políticas educacionais de

inclusão, implementadas nas últimas décadas, que aumentaram o ingresso das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Identificam-se, portanto, contextos e culturas diversas no âmbito da educação. Entretanto, têm-se uma certeza que perpassa essa realidade: a afirmativa de que o acesso às informações instituídas para aquisição e produção do conhecimento são diferenciadas para cada ser humano e, neste ponto, se situa a função social da biblioteca, por conseguinte dos profissionais da informação que nelas atuam – dentre eles bibliotecários - enquanto mediadores, seja na produção, acesso ou uso da informação acessível para as pessoas com deficiência.

Houve nossa participação recente no VII Encontro de Música e inclusão, realizado em 2019 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e no I Congresso de Neurociência e Música, realizado em 2019, além de pesquisa sobre a temática da Musicografia Braille apresentada no XX ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação com trabalho apresentado por título Musicografia braille e Ciência da Informação: uma revisão integrativa pelas autoras Michele Maia Mendonça Marinho, Lidia Eugenia Cavalcante, Virginia Bentes Pinto.

Cada evento nos auxiliou a construir as seguintes questões de pesquisa: de que modo ocorre o comportamento informacional dos músicos cegos dos cursos de Música em Fortaleza - Ceará para acessar a informação musical que necessitam no âmbito de sua formação? Quais são as ações dos cursos de Música e das bibliotecas que atendem a esses cursos, em relação à mediação da informação musical e da acessibilidade?

Essas questões orientam o seguinte **objetivo geral**: analisar como acontece a acessibilidade informacional para os estudantes com deficiência visual em cursos de Música na cidade de Fortaleza - Ceará.

E, subjacentes a ao objetivo geral, têm-se como **objetivos específicos**:

- a) mapear algumas instituições em Fortaleza - Ceará, que atendem pessoas com deficiência visual e que possuam acervos e partituras em *Braille*;
- b) identificar usuários reais e potenciais da partitura em Braille e estudar de que modo ocorre o comportamento informacional das pessoas com DV em relação à informação musical

- c) Averiguar de que modo ocorre a mediação da informação no ensino-aprendizagem, na adaptação de materiais para se chegar à leitura de partituras pelos usuários; isso também no contexto da atuação das bibliotecas com relação à acessibilidade informacional de pessoas cegas.

Diante da problematizada e dos objetivos propostos, o trabalho foi organizado nas seguintes seções integradas: a Introdução apresentou o conteúdo e se dá mediante os seguintes capítulos, assim desenhados:

No Capítulo 2, tratamos dos direitos das pessoas com deficiência e suas relações com a informação e a comunicação. Debruçamo-nos também sobre questões conceituais e epistemológicas no contexto das legislações e, ainda, a evolução histórica do lema "Nada sobre nós sem nós", muito importante para que as ações de inclusão das pessoas com deficiência se tornassem realidade. Neste capítulo, tratamos também do sistema Braille e da inclusão das pessoas com deficiência visual. Continuando as discussões teóricas, discutimos sobre acessibilidade informacional e as pessoas com deficiência visual no contexto da música. Assim, traçamos um percurso da musicografia Braille e sua importância inclusiva, especialmente no âmbito da informação e do direito à educação musical.

O Capítulo 3 tratamos dos usuários da informação, valendo-se dos estudos acerca dessa temática para compreender como se processa o comportamento informacional e que resulta nas práticas informacionais dos usuários. Ainda neste capítulo, apresentamos a composição do Modelo de Comportamento Informacional de Wilson, o qual é utilizado como referência e orientação na elaboração do instrumento de coleta de dados junto aos estudantes com deficiência visual dos cursos de Música.

No capítulo 4, trazemos estudos e reflexões referentes à mediação da informação, aproximando essa abordagem oriunda da área da Ciência da Informação às pesquisas concernentes às pessoas com deficiência visual, mais especificamente associando o conceito de mediação às práticas no âmbito da formação musical.

Após contextualização teórica acerca da mediação, no Capítulo 5 apresentamos as instituições públicas, localizadas na cidade de Fortaleza, que possuem acervos e partituras em Braille. Esse mapeamento, além de se constituir

como um dos objetivos específicos da pesquisa, nos ajudaram a traçar o percurso da pesquisa empírica que será apresentada na metodologia.

No Capítulo 6, trazemos a metodologia, na qual apresentamos os percursos traçados e trilhados pela pesquisa que, em linhas gerais, está constituída por uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratória, de cunho qualitativo e pesquisa de campo. Por meio de entrevista e da análise dos dados coletados, buscamos respostas para os objetivos propostos neste estudo. Em seguida, as considerações finais e as referências.

Por fim, almejamos contribuir com futuros estudos e avanços no âmbito da acessibilidade informacional e da inclusão, com foco em melhorias contínuas no contexto da inclusão dos músicos com deficiência visual.

2 HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

Neste capítulo, apresentamos um pouco da evolução histórica da luta das pessoas com deficiência. Tratamos, inclusive, do lema “Nada sobre nós sem nós”, que marca essa luta social e política de modo constante e essencial. Mostra, ainda, como o sistema Braille se coloca como meio de inclusão das pessoas com deficiência visual.

Os direitos das pessoas com deficiência têm sido amplamente discutidos nas últimas décadas, porém com maior dinamicidade na atualidade. Dentre as principais discussões estão os direitos humanos que correspondem aos direitos sociais, civis e políticos, aos princípios de cidadania, direito à informação e à comunicação, bem como o reconhecimento da autonomia dessas pessoas para decidirem os caminhos a serem seguidos. Outrossim, o seu empoderamento para a produção de conteúdos acessíveis e partícipes dos processos de aprendizagem, de acordo com o tipo de deficiência de cada pessoa e de suas necessidades específicas.

Nesse sentido, é importante compreender o conceito de deficiência, que vem se transformando ao longo do tempo. Para a Fundação Dorina Nowil para Cegos (2020), o conceito de deficiência vem evoluindo tanto para a ciência, quanto para a sociedade. E segundo a *Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência*¹, cujo texto foi aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. Afirma que “deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (2006).

Ainda segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI-2015) em seu Art. 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

¹ <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>

Já a deficiência visual é descrita com as seguintes características pela Fundação Dorina Nowil para Cegos (2020, *online*, grifo nosso):

A deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. O nível de acuidade visual pode variar, o que determina dois grupos de deficiência: **cegueira** – há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita; e a **Baixa visão ou visão subnormal** – caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), apontam que havia 6,2% da população brasileira com algum tipo de deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável e intermitente ou contínua. A pesquisa levou em consideração quatro tipos de deficiência: auditiva, visual, física e intelectual. Quanto à deficiência visual, o parâmetro utilizado para coleta dos dados foram os casos de cegueira de ambos os olhos, cegueira de um olho e visão reduzida do outro, cegueira de um olho e visão normal do outro e baixa visão de ambos os olhos. Dentre os resultados obtidos, a deficiência visual foi a mais representativa na população, sendo 3,6% do total. E ainda o Censo Escolar do INEP (2018), aponta um aumento de matrículas dos alunos alvo da educação especial: aproximadamente, 1,2 milhão nas escolas brasileiras. Na rede pública, possui o maior índice de matrículas com 97% as escolas particulares o índice foi de 51%. Dados de 2020: Relatório da UNESCO

Apresentamos, abaixo, um quadro com algumas políticas voltadas para a inclusão e que permitem, por meio de legislações, o direito à autonomia, como podemos observar na portaria sobre requisitos de acessibilidade, no decreto sobre prioridade no atendimento e no decreto em relação à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Já a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz embasamento para a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, que esclarecemos alguns pontos a seguir.

Quadro 1 – Políticas de Inclusão

POLÍTICA	NORMATIVO	OBJETIVO
Portaria sobre Requisitos de acessibilidade	Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
Decreto sobre prioridade de atendimento	Decreto Nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004.	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Língua Brasileira de Sinais	Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Referendar no Brasil a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela ONU
Lei Brasileira de Inclusão	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Fonte: Elaborado pela autora, embasado em <https://biblioteca.ufc.br/biblioteca-acessivel/>

Diante desses documentos correspondendo aos objetivos, destacamos um indicativo para a acessibilidade e comunicação das pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, de 6 de julho de 2015 considera em seu art. 3º, parte V, para efeitos de aplicação:

A comunicação como forma de interação dos cidadãos, que abrange, entre outras opções, [...] a visualização de textos, o **Braille**, o sistema de

sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2015, p.1, grifo nosso).

Em muitos estudos científicos, a inclusão informacional é tratada como um termo transdisciplinar, tendo em vista o fato de que todas as pessoas devem ter o direito ao conhecimento e à aprendizagem dentro do máximo de opções possíveis. Nesse sentido, Souza (2013, p.16) destaca que

A informação é fundamental para vencermos as barreiras do preconceito e da discriminação. Ao buscarmos a informação, exercitamos o respeito à diversidade humana. Munidos de informação, descobrimos que a maior barreira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, é a nossa própria atitude.

A inclusão informacional, quando gera conhecimento e facilita a aprendizagem, permite que muitas barreiras sejam eliminadas. Citamos como exemplo as barreiras que simbolizam as muitas formas de exclusão de qualquer ser humano, definida na LBI (2015) como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, **nas comunicações e na informação**, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015).

A mais importante ou uma das principais e primeira das barreiras a serem “derrubada é a barreira atitudinal, e a partir dessa, todas as outras vêm em consequência.

Cada uma delas possui uma definição, mas citaremos aqui a que grifamos acima: “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. (BRASIL, 2015, p.1)

Vale salientar que a LBI (2015) ressalta que outras barreiras podem existir, por isso, a precisão de esforço de toda a comunidade em todas as instâncias para o desenvolvimento de políticas de inclusão, de modo a alcançarmos uma

sociedade verdadeiramente inclusiva. Isto é condição *si ne qua non* para o bem de todos, como prevê a Constituição Federal de 1988.

2.1 “Nada sobre nós, sem nós”: evolução histórica em torno da participação plena

A preocupação em torno da participação plena das pessoas com deficiência tem acentuado o debate de entidades, instituições acadêmicas, poder público e sociedade nas últimas décadas, especialmente com o lema adotado pelo movimento de pessoas com deficiência: “Nada sobre nós, sem nós”. Porém, o fator preponderante desses avanços se dá pela participação ativa dessas pessoas, que passaram a exigir presença nas discussões para criação e implementação de políticas que dizem respeito a elas.

Falar sobre a evolução histórica do lema “Nada sobre nós, sem nós” é entrar em um universo de contextos e lutas contra a exclusão social das pessoas com deficiência, por direitos civis e por protagonismo social.

Sasaki (2007, p.2) aponta que

Se considerarmos as quatro eras das práticas sociais em relação a pessoas com deficiência — exclusão (antiguidade até o início do século 20), segregação (décadas de 20 a 40), integração (décadas de 50 a 80) e inclusão (década de 90 até as próximas décadas do século 21) —, este lema tem a cara da INCLUSÃO. Mas se levarmos em conta o conceito de PARTICIPAÇÃO PLENA, o lema teve a sua semente plantada em 1962, em plena era da INTEGRAÇÃO, e germinada a partir de 1981 graças ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes.²

Em 1981, por ocasião da comemoração do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, instituído pela ONU, em 1979, cujo lema era “Participação plena e igualdade”, o mundo começava a perceber a presença dessas pessoas como protagonistas que travavam e viviam nova era de lutas por direitos civis. Vários atos e protestos marcaram esse período de transição para que a deficiência não fosse vista como uma questão de doença, mas sim de direitos humanos, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

² SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

Dessa forma, as pessoas com deficiências perceberam que, separados em seus estados, lutavam por uma mesma causa, o bem comum e equidade para e com todos, seguindo as requisitadas especificidades também.

Sasaki (2007, p.1, grifo do autor) esclarece o lema “Nada sobre nós, sem nós” palavra por palavra:

NADA quer dizer “Nenhum resultado”: lei, política pública, programa, serviço, projeto, campanha, financiamento, edificação, aparelho, equipamento, utensílio, sistema, estratégia, benefício etc. Cada um destes resultados se localiza em um dos (ou mais de um dos ou todos os) campos de atividade, como, por exemplo, educação, trabalho, saúde, reabilitação, transporte, lazer, recreação, esportes, turismo, cultura, artes, religião.

SOBRE NÓS, ou seja, “a respeito das pessoas com deficiência”. Estas pessoas são de qualquer etnia, raça, gênero, idade, nacionalidade, naturalidade etc., e a deficiência pode ser física, intelectual, visual, auditiva, psicossocial ou múltipla. Segue-se uma **vírgula** (com função de elipse, uma figura de linguagem que substitui uma locução verbal) que, neste caso, substitui a expressão “haverá de ser gerado”.

SEM NÓS, ou seja, “sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. Esta participação, individual ou coletiva, mediante qualquer meio de comunicação, deverá ocorrer em todas as etapas do processo de geração dos resultados acima referidos. As principais etapas são: a elaboração, o refinamento, o acabamento, a implementação, o monitoramento, a avaliação e o contínuo aperfeiçoamento.

O autor conclui que

Juntando as palavras grifadas, temos: “Nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” [...] Assim, na essência do lema NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS está presente o conceito de PARTICIPAÇÃO PLENA das pessoas com deficiência. (SASSAKI, 2007, p.1).

Nesse sentido, compreendemos que tudo o que havia sido feito para as pessoas com deficiência (PCD) até a criação desse lema e das conquistas advindas das lutas e manifestações tinha caráter mais voltado para a reabilitação ou assistencialismo, a partir da visão de outras pessoas que não possuíam limitação, provenientes dos setores da saúde, do poder público ou da assistência social. A partir do momento em que as PCD passaram a ser proativas e puderam adentrar politicamente, inclusive, nas legislações, houve abertura para a era chamada de inclusiva.

É importante ressaltar sequencialmente as quatro eras, citadas por Sasaki (2007, p.2): *exclusão*, *segregação*, *integração* e *inclusão*. No entanto, vale salientar que, mesmo com todo o movimento em torno dos direitos das PCD, em pleno século XXI, na chamada “era da inclusão” ainda há muitos direitos e políticas a

serem de fato implementados, especialmente quando falamos de acessibilidade pedagógica e informacional, por exemplo.

Desde 1961, as discussões sobre participação plena começam a surgir e embasam o que nasceria em 1981, ou seja, o lema “Nada sobre nós, sem nós”, tendo sido originada em um período de integração quando a própria pessoa se esforçava para conseguir autonomia, mas as muitas barreiras permaniam intactas. Elas seriam aceitas na sociedade, mas não incluídas no sentido de que tudo continuaria difícil além da limitação, já presente na vida de cada uma delas.

Até a década de 60, as pessoas com deficiência eram tratadas como objetos de caridade, não podiam opinar e tinham de obedecer às decisões que os especialistas e os pais tomavam por elas, em tudo o que se referia à vida delas. A situação começou a mudar em 1962 quando um grupo de 7 pessoas, todas tendo deficiências muito severas (tetraplegia em sua maioria), resolveu agir. Edward V. Roberts (ou simplesmente **Ed Roberts**) era o líder do grupo. Ed Roberts, e seus amigos (conhecidos em Berkeley como “Os Tetras Rolantes”) criaram o serviço de atendentes pessoais de que eles mesmos precisavam a fim de viver com autonomia, o que originou o movimento de direitos das pessoas com deficiência nos EUA. (SASSAKI, 2007, p.3, grifo do autor).

Um ponto importante é que, quando se fala de inclusão social, não nos referimos somente às pessoas com deficiência, mas àquelas que vivem situações socioeconômicas desfavoráveis, marcadamente negros ou aquelas discriminadas no contexto das diferenças de gênero. A inclusão social visa, portanto, permitir o desenvolvimento de políticas públicas e possibilitar oportunidades para todos, com equidade, dando oportunidade de acesso aos bens e serviços públicos.

O caso das PCD é que, por muito tempo, a exclusão era tão forte a ponto de elas não poderem sobreviver, trabalhar, estudar, ter o sonho de estar na universidade, por exemplo, e desenvolver-se como as pessoas típicas, sendo obrigadas a aceitarem políticas assistencialistas ou ações de entidades de caridade.

O Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apontou que pessoas com deficiência e suas organizações representativas devem participar de processos públicos de tomada de decisões sobre seus próprios direitos humanos. Nesse sentido, o órgão publicou em 2018 uma nova orientação legal, como comentário geral n.º 7, sobre a Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência. “Nada sobre nós, sem nós” tem sido há tempos um mote de movimentos de direitos para pessoas com deficiência. Em seu comentário geral, o Comitê destacou que, quando pessoas com deficiência são consultadas, isto leva a leis, políticas e programas que contribuem para sociedades e ambientes mais inclusivos. Isto pode incluir desenvolvimento de **informações acessíveis** sobre processos de tomada de decisões, implementação de **metodologias inclusivas** e garantias de que organizações de pessoas com

deficiência tenham acesso a financiamentos nacionais e internacionais para funcionamento (UNESCO, 2020, *online*).

Ressaltamos o caráter social e político quando nos referimos à informação acessível, pois é através dela que se constituem os direitos e os deveres para que as decisões sejam bem embasadas e possa haver liberdade e isonomia nos direitos para todos, sendo inclusive as PCD protagonistas da tomada de decisões ao longo da vida, conforme as situações que lhe são apresentadas na sociedade. Citamos como exemplo o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), criado em 2005, para orientar as Instituições de Ensino Superior (IES) federais para organizarem ações institucionais com vista à eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Portanto, fazer valer na prática a inclusão social das PCD é levar com seriedade o lema escolhido por eles: <<Nada sobre nós sem nós>>. Este deve ser lembrado nas atividades comuns a todos que possuem deficiência, mas com a participação plena deles, somente assim o devido lema será posto em prática.

2.2 Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência

Mundialmente, nas últimas décadas, tem havido forte movimento de discussão política, social e cultural acerca dos direitos das pessoas com deficiência. Tal discussão apresenta pontos positivos para o processo de inclusão social e informacional dessas pessoas na sociedade, inclusive com a promulgação de leis referentes à inclusão e à acessibilidade. Citamos como exemplo o e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, criado pelo governo brasileiro, mediante recomendações internacionais provenientes do *Content Accessibility Guide (WCAG) World*, que estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais na internet.³

Uma das principais formas de acessibilidade diz respeito à inclusão e ao direito à informação e à participação das pessoas com deficiência na sociedade, em

³ <https://www.saude.gov.br/acessibilidade>

relação a produtos, bens, serviços, espaços e equipamentos com segurança e autonomia.

Neste capítulo, trataremos mais especificamente da acessibilidade informacional musical da pessoa com deficiência visual. Assim, traçaremos um percurso da musicografia Braille e sua importância inclusiva, especialmente no contexto da informação e do direito à educação musical.

2.3 Sistema Braille: leitura e escrita para as pessoas com deficiência visual

Na sociedade contemporânea, ao se falar em deficiência visual e correlacioná-la com sua história, as pessoas podem lembrar de como viviam há séculos; dos marcos históricos; e/ou possivelmente visualizar apenas a limitação com relação à essa deficiência. Assim, podem se perguntar: diante dessa limitação, como é possível haver capacidade para leitura e escrita nos padrões exigidos pela cultura letrada estabelecida para acesso à educação e ao letramento?

No percurso histórico da escrita, conforme salienta Oliveira (2016 online), passamos a receber e a transmitir conhecimentos registrados, efetivando o estágio de evolução social, cultural, científica, tecnológica e intelectual. Com a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1455, essa difusão da informação se propagou em ritmo acelerado. Transformar o alfabeto em algo palpável era o objetivo de alguns pesquisadores, estudiosos e das próprias pessoas cegas, pois somente elas podiam responder, por conhecimento da realidade, a necessidade a ser adaptada: a leitura tátil.

Em 1819, uma criança, ainda na primeira infância, sofreu um acidente na oficina de seleiro do pai. Louis Braille (1809-1852), nascido na aldeia francesa *Coupray* tinha três anos quando o fato ocorreu. O olho esquerdo foi perfurado, ocasionando conjuntivite e, após infecção, evoluiu para uma oftalmia simpática. Oliveira (2014) explica a carência de recursos médicos da época. Desse modo, a infecção persistiu pela inexistência de um antibiótico, a exemplo da penicilina, criada somente em 1928. Aos cinco anos de idade a cegueira total acometera o menino.

Na vida de alguém com deficiência, a presença da família, de amigos e de outras pessoas é primordial para seu desenvolvimento. No caso de Louis Braille, a esperança, paciência e persistência de seus pais, mesmo no século XVII, surpreendiam, pois participavam ativamente das atividades diárias da casa, da

oficina e da vida do filho. De acordo com Oliveira (2014), os pais lhe guiavam na escrita, o abade Jacques Palluy se mostrou sensível e possibilitando contação de histórias, lições bíblicas, odores, toque nas flores, identificação de pássaros e animais, um mundo descortinado pelas sensações graças aos olhares que permitiram ao garoto cego a poesia da vida.

Braille destacava-se ao receber ensino oralmente, mesmo sem saber ler e escrever como os outros alunos. Conforme salienta Oliveira (2014), no período escolar, Louis Braille era prova cabal dos primeiros projetos inclusivos, pois ia diariamente para o educandário junto de seu colega de vizinhança e aprendiam juntos.

Em 1784, o filantropo Valentin Haüy fundou, em Paris, a primeira escola para cegos do mundo. A leitura era materializada na impressão de caracteres latinos em relevo linear. Mas esse processo não contemplava a escrita. Louis Braille entrou para a instituição em 15 de fevereiro de 1819. Lá, alfabetizou-se pelo método de Haüy. Em 1822, despertou sua atenção para o capitão *Charles Barbier de la Serre*, que apresentou aos alunos um sistema desenvolvido para a comunicação noturna entre soldados e que poderia ser utilizado por pessoas com deficiência visual. A técnica era apenas fonética, mas Braille a utilizou como base para o desenvolvimento de sua própria metodologia, cuja primeira versão foi apresentada em 1825.

Para chegarmos na relação entre Louis Braille e a música, retornamos um pouco aos processos que envolveram o nascimento da escrita. Assim como a escrita alfabética teve sua evolução, como afirma Oliveira (2014), com os silabários, sinais específicos para representar as sílabas; a criação do som consonantal com um sistema de caracteres próprios criados pelo povo fenício (como exemplo temos a árabe e a hebraica), e; o nascimento da escrita alfabética com a inserção das vogais pelos gregos e posteriormente a adaptação pelos romanos; chegando-se ao sistema alfabético greco-romano, o qual traduz os sons da fala em unidades menores que a sílaba, do mesmo modo, a forma de escrever e seu registro variaram conforme cada povo. Chineses e japoneses escrevem da direita para esquerda em colunas; os árabes também, só que de cima para baixo; os romanos instituíram o modelo atual: da esquerda para a direita em linhas.

De acordo com Volpi (2010, online) O uso da letra manuscrita iniciou-se na França, durante o reinado de Luís XIV, época em que o país dominava quase

toda a Europa. A letra manuscrita francesa chamava-se rondé, era vertical e semelhante à letra gótica no seu início. A manuscrista, também é conhecida como cursiva.

Ainda conforme Oliveira (2014) Louis Braille se utilizou da escrita cursiva, tendo editado um manual em 1839, com fundamentos e procedimentos denominado: 'Novo método para representação por sinais de formas de letras, mapas, figuras geométricas, símbolos musicais, para uso de Cegos'. Em sua época, Braille já tinha consciência da importância do acesso ao conhecimento e de que medidas deveriam ser tomadas para que as pessoas com deficiência pudessem ter acesso a ele também.

O ato de escrever, para quem o faz cotidianamente, parece algo comum. Mas à percepção daqueles que estão à margem deste acesso, precisam ser ofertadas mais oportunidades. A habilidade de Louis Braille permitiu-lhe ampliar as possibilidades para seus contemporâneos e se tornou atemporal, uma vez que as muitas tentativas de sistemas de leitura para pessoas cegas não alcançavam um padrão de equidade disponível para todos.

Hoje, o sistema Braille, além de ser mundialmente conhecido, pode ser utilizado por qualquer pessoa cega ou com baixa visão. Seu invento foi uma janela aberta de inclusão para as mais diversas áreas do conhecimento. Nesse ponto, podemos interpor a relação de Louis Braille com a música. A leitura de partitura é fator condicional para a habilidade especializada em música. Do mesmo modo que o alfabeto possui linguagem específica, a música possui códigos que a traduzem. Os músicos cegos necessitam de uma forma de acesso específica, possibilitando-lhes a oportunidade de se desenvolver em condições iguais em relação aos músicos que enxergam, intitulados videntes.

Diante da árdua realidade da época de Louis Braille, referindo-se à barreira atitudinal, percebe-se o retrocesso no questionamento de Charles Barbier, inventor do método de leitura chamado sonografia, o qual foi aperfeiçoado por Braille. Sobre isso, Oliveira (2014) expõe as seguintes indagações: qual a intenção dos cegos em ir além da comunicação básica? Que necessidade há no desejo de acesso ao alfabeto completo, pontuação, ciências, matemática, música? Estes conhecimentos eram almeçados pelo pequeno Louis que, ao ouvir tais posicionamentos, não desanimou. Ao contrário, sua determinação foi decisiva para aqueles que dele fariam seu meio de enxergar o mundo da cultura, educação,

trabalho, com uma possível mudança no curso da vida daqueles que perdem a visão e precisam se reabilitar, aprender, agir e se expressar.

Louis Braille conhecia a música de perto, tocava e ensinava, era organista. Aplicava consigo mesmo e com seus alunos musicistas os testes para aperfeiçoar seu código de leitura e escrita. Segundo Oliveira (2014), em 1837, Braille editou a versão final por título: Processo para escrever as palavras, a música, e o cantochão⁴, por meio de pontos, para uso dos cegos e dispostos para eles. Continha 63 sinais de seis pontos (dispostos em duas colunas de três pontos), subdivididos em sete séries, aplicáveis às letras do alfabeto, pontuações, à Aritmética, Geometria, Taquigrafia, também contendo a notação musical, presente na Musicografia, o que embasou o Manual Internacional de Notação Musical.

Louis Braille faleceu em 6 de janeiro de 1852. Seu sistema foi reconhecido oficialmente em 1854, na França, e passou a ser utilizado nas instituições educacionais daquele país.

Segundo Oliveira (2016), no Brasil, o método foi introduzido por José Álvares de Azevedo (1830-1854), jovem cego, que estudou em Paris. Fundou em 1854, no Rio de Janeiro, a primeira escola para pessoas com deficiência visual da América Latina – o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constant. Além da educação, a instituição dedicou-se também à produção dos primeiros livros em Braille no país.

O Sistema Braille espalhou-se pela Europa e chegou à América ainda no século XIX, mas só chegou a alguns países da África e da Ásia na segunda metade do século XX.

A mágica combinação de seus seis pontos permite a representação de 63 caracteres que, graças ao empenho de muitos especialistas, possibilitou que o sistema pudesse adaptar-se a todos os alfabetos, inclusive o chinês, o árabe e o guarani. Em 1949, a Índia solicitou à UNESCO que desenvolvesse esforços no sentido de tentar a unificação do Sistema Braille por grupos linguísticos. A UNESCO aceitou o desafio e o trabalho teve início em julho de 1949, estendendo-se até dezembro de 1951. Todo o trabalho realizado durante esse período encontra-se registrado no livro “A Escrita Braille no Mundo”, publicado em 1953 e reeditado em 2013. (OLIVEIRA, 2020 *online*).

A criação do Sistema Braille permitiu a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo inteiro à leitura, à informação e ao conhecimento.

Com o advento dos softwares para a produção de textos e das impressoras automatizadas, a produção de livros em Braille tornou-se mais fácil e rápida.

⁴ Canto tradicional da liturgia católica, também chamado canto gregoriano, que se pauta em textos litúrgicos latinos; canto plano.

Ao mesmo tempo, obras faladas e digitalizadas, o desenvolvimento de leitores de tela e muitos outros recursos estão tornando mais rápido o acesso à informação e à cultura, e facilitando a educação e profissionalização de pessoas com deficiência visual (OLIVEIRA, 2016 online).

Para Oliveira (2016), os livros são fundamentais à educação das crianças cegas e que contenham a representação dos símbolos da Matemática, Química, Física e de outras ciências e a impressão, em relevo, de tabelas, gráficos, mapas, figuras geométricas e outras ilustrações que lhes forneçam os mesmos dados oferecidos aos estudantes videntes.

O analfabetismo funcional para as pessoas cegas é recorrente, quando não se tem acesso ao Braille. Isso contando com aqueles que já nasceram com a deficiência ou a perderam muito cedo, por vários motivos. Mas, mesmo assim, o aprendizado do Braille nessas situações traz inclusão, tornando a pessoa independente e com a privacidade mantida, podendo realizar escolhas diárias.

Oliveira (2016 online) destaca que os modernos *Linha* ou o *Display Braille* também representam importante recurso de Tecnologia Assistiva para as pessoas cegas que utilizam o sistema Braille na escrita e leitura. Essa relevância reside no fato de permitir a imediata leitura de textos que estão na tela do computador, sem que se faça necessário imprimi-los em papel. Além de tornar o acesso aos textos mais rápido e mais econômico, elimina eventual dificuldade no que diz respeito ao armazenamento desses materiais, que, quando impressos, ocupam muito espaço.

A *Linha* ou o *Display Braille* representam um poderoso recurso de Tecnologia Assistiva nas áreas profissionais em que se exigem qualidade editorial e controle dos textos em Braille, sendo extremamente úteis na área editorial, de bibliotecas, gráficas entre outras. Além disso, facilitam nas dificuldades de armazenamento e permitem que pessoas cegas possam ler com autonomia em todo lugar e a qualquer momento. Entretanto, o alto custo desses equipamentos os tornam inacessíveis para a maioria das pessoas que deles precisam.

[...] é cada vez maior o número de pessoas cegas que não sabem ler e escrever e torna-se, inclusive, mais difícil encontrar profissionais que possam atuar como revisores ou desempenhar com competência outras atividades nas quais o domínio do método é imprescindível. Não devemos permitir que o Braille se torne um objeto de vitrine, que muitos podem olhar, mas poucos podem tocar. Devemos lutar para que ele continue sendo uma ferramenta indispensável para a verdadeira educação de crianças e jovens com deficiência visual e para a satisfação de todos os que valorizam a autonomia, a independência e a cidadania (OLIVEIRA, 2016 online).

Como podemos observar, sabe-se da importância do Braille e as vantagens para a pessoa com DV que o aprende, no entanto, mesmo havendo divulgação da acessibilidade informacional nesse sentido, como em produtos diversos, elevadores, cardápios, calendários, jogos e etc., é necessário salientar que vem diminuindo a quantidade de pessoas que o conhecem e o praticam. Mas nem por isso o acesso deve ser negado, pelo contrário, a acessibilidade informacional passa por todas as formas possíveis de se chegar ao saber.

Para falar das vantagens do Sistema Braille às pessoas cegas, optamos inicialmente em tratar da alfabetização, por ser o estágio inicial de aprendizagem àqueles que já nascem com esta deficiência. Não nos aprofundaremos na temática por esta não ser o objetivo desta pesquisa.

Consoante Rodrigues e Mamede (2014, p.95), Emilia Ferreiro e Ana Taberosky trouxeram grandes contribuições para professores alfabetizadores, quando desvendaram a ideia de que a alfabetização não é o resultado de algo mecânico e repetitivo. Em relação às crianças que apresentam alguma deficiência, essas autoras afirmam que as pesquisas ainda são escassas, mais especificamente em relação às crianças cegas.

De acordo com Oliveira (2018 online), “no dia 4 de janeiro é celebrado o Dia Mundial do Braille! O sistema de escrita e leitura em relevo criado pelo francês Louis Braille no início do século XIX mudou para sempre a história das pessoas com deficiência visual e continua sendo imprescindível até hoje!” E, ainda, segundo Oliveira (2018 online),

‘Toda criança que nasce cega ou perde a visão na primeira infância deveria ter garantido o direito de ser alfabetizada e de ter acesso a livros didáticos em Braille. Ele é o único sistema natural de leitura e escrita que permite a representação do alfabeto, além de números e simbologias científica, fonética, musicografia e informática’, explica a coordenadora de revisão em Braille da Fundação Dorina, Regina de Oliveira. Ela é cega desde os 7 anos de idade e hoje integra os Conselhos Iberoamericano e Mundial do Braille.

Quando se trata de vantagens do Sistema Braille, inerentes ao cotidiano, podemos citar as seguintes atividades que geram autonomia, e que é possível, para além de uma visão simplista, pois é disso que estamos a falar, possibilidades comuns a todas as pessoas, a saber:

Entrar sozinho em um elevador, encontrar seus produtos preferidos no supermercado, ler com tranquilidade os cardápios nos restaurantes, consultar contas bancárias com privacidade e ingerir seus remédios com

segurança são apenas algumas das situações em que o Braille garante às pessoas cegas o direito de viver com independência e exercer sua cidadania plena (OLIVEIRA, 2018 online).

Quanto às desvantagens do Braille, se é que podemos chamar desse modo, podemos considerar a utilização das mãos para ler, mas não especificamente isso. Parece confuso, mas indo diretamente ao ponto, ler e escrever para uma criança vidente se torna mais fácil do que para uma com deficiência visual dada a quantidade de informações que são emitidas pelos muitos suportes informacionais que contém essa escrita estabelecida que conhecemos e nos dá a autonomia e letramento social.

Senão vejamos, de acordo com Rodrigues e Mamede (2014, p.96), “Mesmo não sabendo ler e escrever, uma criança que enxerga tem enormes benefícios ao manusear um livro: ela aprende a direção e o sentido da leitura e da escrita, se um adulto fizer a leitura apontando com o dedo, por exemplo”. Já para as crianças cegas, os pontinhos minúsculos do Braille são repassados inicialmente com materiais pedagógicos elaborados em tamanho maior que o normal para ela ir se acostumando gradualmente.

2.4 Musicografia Braille e inclusão informacional

Musicografia *Braille* é o processo pelo qual é gerada a partitura em Braille. Após transcrição de um código para o outro, a nova grafia é utilizada por deficientes visuais para lerem e escreverem partituras de forma mais autônoma e inclusiva. O desenvolvimento nesse saber só ocorrerá equitativamente conforme adaptações necessárias, e a adaptação informacional é uma delas.

Desse ponto, temos o indivíduo na sua **singularidade**. Isto deve ser lembrado sempre, pois a acessibilidade informacional, apesar de ser para todos, varia de uma pessoa para outra. Assim, mesmo que os sujeitos encontrem limitação similar às necessidades informacionais, bem como seu acesso e uso, variam de modo único para cada ser. De acordo com Pinto (2015, p.16), “ressalte-se que uma sociedade só poderá ser realmente inclusiva quando todos os segmentos que a integram possam ser usufruídos por todos. Por todos e para todos”.

Referente ao acesso à informação musical por pessoas cegas, uma das principais críticas está na falta de material em *Braille*, tanto acessível para músicos

com deficiência visual quanto para educadores, que reclamam a falta de material pedagógico específico, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem.

Para Cavalcanti e Carvalho (2011), a obra musical é a representação simbólica de um imaginário sonoro, fruto da inspiração pessoal do artista, influenciado pelo mundo sensorial que o cerca: o 'texto' musical é decodificado por regras convencionais da ciência musical. Há uma complexidade estendida principalmente para os musicistas profissionais.

De acordo com Bonilha (2006, p.26), “[...] uma vez constituída por caracteres, a leitura e escrita em musicografia Braille é feita horizontalmente, o que difere do sistema correspondente em tinta, em que se lê e se escreve em ambos os sentidos” E ainda, segundo Souza (2014, p.41), “como a música é compreendida pela pessoa com DV de forma aproximada ao que faz o leitor vidente, a Musicografia Braille pode ser considerada como uma escrita inclusiva para músico com DV no meio musical.” Percebemos também na literatura, frequente necessidade de capacitação e de equipamentos especializados, além de softwares, a exemplo do *Musibraille*.

Um dos grandes desafios desse campo informacional é, portanto, a produção, disseminação, mediação e uso de conteúdos musicais em Braille, especialmente nas bibliotecas brasileiras, uma vez que o ensino para deficientes visuais ocorre principalmente pela audição, restrição ocasionada também pela falta de material impresso.

No Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (2014) temos uma definição de acessibilidade com suas respectivas relações temáticas, diretas ou indiretas como podemos observar:

NE: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e **meios de comunicação e informação**, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida - Decreto-lei 5.296 de 02/12/2004, artigo 8º.CAT: 6.2 Transferência e Acesso à Informação. (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p.20)

Quando nos referimos à acessibilidade musical para pessoas com deficiência visual, percebemos que há grande complexidade. Isto se estende principalmente para estudantes de música e musicistas profissionais.

Para Souza (2010) os videntes, antes de tocar, geralmente realizam leituras à primeira vista, simultaneamente à execução instrumental da peça na partitura. Com ela, o músico não precisa memorizar as notas musicais e os respectivos espaços de tempo entre elas, dentre outras especificidades. Deste modo, músicos experientes e sem ensaio prévio conseguem executar uma peça sem grandes dificuldades e obtêm bom resultado musical em pouco tempo. Essa questão é diferente e exige maiores condições de acessibilidade para o caso de pessoas com deficiência visual. De acordo com um professor de música entrevistado por Marinho (2017, p.48), há diferença entre partitura e Musicografia em Braille:

Inicialmente é preciso diferenciar a **Musicografia Braille** da **partitura em Braille**. Da mesma forma que podemos escrever em Braille símbolos matemáticos, químicos, entre outros, podemos escrever a grafia musical. Como a escrita musical em tinta é muito extensa, dentre as possibilidades do sistema Braille, foi-se criada a Musicografia Braille (Louis Braille criou a Musicografia Braille pouco depois do Braille, pois ele também era músico e necessitava ter acesso à leitura/escrita musical), ferramenta para a escrita musical em Braille. A partitura em Braille é um dos resultados da utilização da Musicografia Braille, pois posso utilizar a musicografia, e ter como resultado algo que não seja uma partitura. Geralmente os profissionais responsáveis pelo processo de transcrição, utilizando a Musicografia Braille, são professores de música, que em algum momento de sua formação se aproximaram do sistema Braille. As etapas do processo de transcrição variam de transcritor para transcritor. Eu inicialmente transcrevo a música em um software específico para a edição de partituras em Braille, em seguida exporto para outro software de edição/formatação de textos em Braille, e finalizo com a impressão. Mas sempre que tenho à disposição um revisor Braille, reviso tudo para minimizar ao máximo as falhas de transcrição.

Ou seja, a partir dessa descrição, podemos identificar que a partitura em Braille é resultado de um processo de transcrição da partitura que conhecemos em tinta, utilizada pelos videntes, para uma em Braille.

A seguir, apresentamos um quadro com algumas fontes de informação referentes à Musicografia Braille, as quais consideramos importantes no âmbito da acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

Quadro 2 – Fontes de Informação sobre Musicografia Braille

Tipo	Título / Endereço
Facebook	Acervo de Musicografia Braille
Sites e blogs	http://agencia.fapesp.br/partituras_em_braille/11759/ http://www.musicografia.net/violatildeo.html http://blog.brasilacademico.com/2010/09/partitura-em-braille-para-musicos-cegos.html http://intervox.nce.ufri.br/musibraille/ http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/sobre/index.html#musicografia http://isabelbertevelli.blogspot.com.br/ http://www.musicaemPontos.com.br/musicografia-braille/ http://www.abcegos.org.br/node/392
Youtube	Radio virtual musicografia.net (Para deficientes visuais que já leem em Braille e querem ler partitura). Disponível em: ">https://www.youtube.com/results?search_query=radio+viltual+musicografia.net+> Braille para professores – Curso Tecno Assist Braille com professor José Antonio Borges. Disponível em: ">https://www.youtube.com/watch?v=aWgvPKBMI5c>
Tese	TOMÉ, Dolores. A infocomunicação em harmonia com a musicografia Braille : proposta de plataforma digital inclusiva. 2016. Disponível em: http://intervox.nce.ufri.br/musibraille/eventos/doutorado/ BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. <u>Do toque ao som : o ensino da musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva</u> . 2010. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Artes.
Podcast	https://www.youtube.com/watch?v=-4mUKJVd8aA Conversa de Pianista #1 Fabiana Bonilha, sobre Musicografia Braille

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro acima podemos observar várias fontes de informação sobre musicografia Braille. Procuramos elencar aquelas presentes em fontes digitais, de fácil acesso, como no Facebook, em alguns sites e blogs. No Youtube, identificamos um curso voltado para o aprendizado de professores e pessoas com deficiência visual. Foram identificadas, também, obras sobre o ensino da musicografia Braille e teses de autoria de Dolores Tomé e de Fabiana Bonilha, duas grandes teóricas na área da Musicografia Braille.

Também, mais recente, com data de maio de 2020, identificamos um podcast com mais de uma hora de entrevista com a pianista Fabiana Bonilha. Musicista, cujo diferencial é que foi musicalizada desde os 7 anos e possui deficiência visual a constar do nascimento. Ela apresenta riquíssimas informações sobre seu acesso às partituras transcritas para o Braille e do conhecimento da música erudita para piano.

Ainda como importante fonte de informação no âmbito da musicografia Braille, citamos o Novo Manual Internacional de Musicografia Braille, de 2004, cujo responsável é o Subcomitê sobre Musicografia Braille da União Mundial dos Cegos. Este traz símbolos de clave, baixo cifrado, música para guitarra, símbolos de acorde, notação moderna e muitos outros símbolos individuais.

Em conversa com os profissionais da biblioteca do Conservatório de Música, esses afirmam já terem ouvido falar da Musicografia Braille. Porém, não constava atualmente na biblioteca o referido Manual. Apesar da importância, poucos são os que têm a especialidade para sua utilização.

2.4.1 Partitura em Braille

Podemos afirmar que a partitura em Braille é traduzida na ponta dos dedos. A pessoa com deficiência visual não pode fazer uma leitura à primeira vista como os videntes. Dessa forma, precisa se ater à necessidade de memorização, pois em muitos momentos, estará com o instrumento musical nas mãos. De acordo com Bonilha (2010), a pessoa que lê música em tinta não precisa saber teoria, necessariamente. Já em relação aos musicistas leitores em Braille, não dá para tocar sem saber. É de suma importância, por exemplo, aprender conhecimentos sobre escalas, tonalidades, formação de intervalos, padrões rítmicos e etc. Essas noções são intrínsecas aos princípios norteadores do próprio código e, por isso, tornam-se pré-requisitos para o seu aprendizado.

Apresentamos a seguir um fluxograma, produzido por Bonilha (2010), referente à produção da partitura em Braille e aos processos requeridos para elaboração do acervo musical acessível para cegos.

Figura 1 – Fluxograma Musicografia



Fonte: Bonilha (2010, p.193).

Boyer (1997 apud Bonilha 2006) descreve o procedimento tipicamente utilizado por leitores de música em *Braille*. Geralmente, o indivíduo lê uma determinada quantidade de informação musical (por exemplo, um compasso ou uma frase) de cada uma das partes (por exemplo, da mão direita e da mão esquerda), devendo reter o trecho lido na memória imediata, antes de executá-lo no instrumento. Segundo o autor, esse método de leitura pressupõe dois níveis de atuação por parte do leitor: a identificação de cada caractere lido e a adoção de estratégias para se manter o conjunto de informações na memória imediata.

2.5 Acessibilidade, Musicografia Braille e a Ciência da Informação

A informação musical em Braille está presente nas múltiplas formas inclusivas de se ensinar e aprender, e contribui também para reforçar a dignidade das pessoas com deficiência visual. Nesse contexto, considera-se relevante discorrer sobre estudos da Ciência da informação (CI) e da Música para vislumbrar caminhos interdisciplinares de relevância social, cultural e científica de inclusão e acessibilidade informacional da DV.

O conceito de acessibilidade circunscreve-se em múltiplos fatores, dentre eles estão a mediação, a inclusão social, cultural e informacional. Em recente pesquisa, Fernandes (2018) destaca-se a existência do termo “acessibilidade informacional” como sendo de difícil definição na CI. Este termo, por sua vez, tem seu uso corriqueiramente direcionado às pessoas com deficiência.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define acessibilidade como

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, online, grifo nosso).

De acordo com Cavalcanti e Carvalho (2011, p. 133),

A pesquisa na área musicológica é objeto de antiga discussão entre os profissionais da informação. Os catálogos bibliográficos não comportam, muitas vezes, uma linguagem de indexação que reflita os interesses e necessidades do usuário para pesquisa. Acredita-se não haver ainda um tratamento conceitual adequado à representação temática da música impressa de maneira satisfatória para fins de recuperação da informação.

Nas produções científicas pesquisadas para este estudo, no campo da CI, observamos a predominância do viés documental para organização de acervos musicais. Entretanto, outras perspectivas, como os aspectos socioculturais, pedagógicos, recursos informacionais de memória e representação social precisam ser incorporados em estudos da área. Bezerra *et al* (2019) analisam a produção científica na CI, tendo como objeto a “música”, e confirmam a existência de espaços de pesquisas interdisciplinares, incluindo o objeto supracitado.

Ao realizarmos revisão integrativa da literatura da área sobre a temática, buscamos identificar estudos sobre o Braille e a Música em produções científicas oriundas da Ciência da Informação, utilizando o termo “*Braille Music*” nas bases internacionais (LISA e SCOPUS) e Musicografia Braille em bases brasileiras (BRAPCI e BDTD). Os resultados obtidos, extraídos dos títulos, resumos e palavras-chave são apresentados a seguir:

Quadro 3 – Total de artigos por base

BASE DE DADOS	ESTRATÉGIA DE BUSCA	RESULTADO
BDTD	Musicografia Braille	6
BRAPCI	Musicografia Braille	1
LISA	“Braille Music”	13
SCOPUS	“Braille Music”	43
	Total de textos recuperados	63

Fonte: Elaborado para a pesquisa (2019).

Observamos, nos artigos pesquisados, frequente preocupação com a mediação indireta, representada pela forma como esses materiais são produzidos, catalogados e organizados. Em havendo uma cooperação internacional, esforços duplicados seriam evitados, como afirma Suhr (1994). A mediação direta, como exemplo, perpassa as relações informacionais e comunicativas entre docentes, discentes, profissionais da biblioteca e dos laboratórios especializados nessa produção, além dos sujeitos informacionais, a saber os músicos com deficiência visual envolvidos no processo de construção e adaptação da partitura em Braille e usabilidade dos softwares em sala de aula, como o *Musibraille*.

Os serviços de biblioteca direcionados para essa área possuem desafios próprios da partitura devido à especialização musical. Pois para organização da informação de um acervo em partitura em Braille se precisa da existência dele. Temos também os serviços digitais a exemplo do Repositório de Informação Acessível (RIA) que traz maior disponibilidade de tempo evitando retrabalho na elaboração de materiais.

A Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA) é uma rede de colaboração entre Instituições Públicas de Ensino Superior. Seu objetivo é o compartilhamento de informações técnicas sobre a editoração de acervos adaptados e cooperação de catálogos e acervos digitais adaptados, destinados ao atendimento e suporte informacional acadêmico das pessoas com deficiência visual.

Ao mesmo tempo, faz-se necessário comunicação integrada e padronizada, de modo a compartilhar informações em rede, principalmente para os sujeitos informacionais com necessidades específicas, tendo em vista o tempo aplicado para este trabalho ser duradouro.

Assim, para a disseminação da informação, possibilidades vão sendo construídas ao longo do tempo pelos atores sociais em busca de acesso,

acessibilidade, inclusão e, como consequência, ocorrerá o protagonismo destes. Salientamos que muitas ações não constam ainda nas bases de dados, mas elas refletem parte do que está sendo produzido e traz qualitativas contribuições.

Podemos inferir que Musicografia Braille e Ciência da Informação são temáticas interligadas de grande relevância social e inclusiva, no entanto, como observamos na revisão integrativa citada, apesar de já existirem iniciativas, elas precisam ser ampliadas, e a CI pode atuar como diferencial enquanto campo de pesquisa nesse tema, especialmente no que tange à acessibilidade e à mediação da informação.

Sabemos, entretanto, que é necessário desenvolvimento de capacitação musical para atuação nessa especialidade, pois essa é a principal dificuldade, considerando que os profissionais bibliotecários que já atuam em bibliotecas de modo acessível, em sua maioria, não possuem conhecimento especializado em música, tendo em vista não ser a formação de origem ou mesmo por não serem competências desenvolvidas durante a graduação.

Relacionando essas questões com a mediação da informação, tão presente nesses fazeres, acreditamos que uma contínua transformação sempre ocorrerá, em busca das melhores formas de se contribuir para a acessibilidade e usabilidade da informação.

A inclusão social está diretamente ligada às práticas informacionais, que só podem ocorrer se o usuário conseguir chegar até a informação, fato este que, muitas vezes, não ocorre por inúmeras barreiras, dentre elas a social, a econômica e a cultural.

Para nortear os procedimentos e padrões em serviços de bibliotecas públicas e instituições, que podem ser aplicados e adaptados à biblioteca universitária, o relatório nº 86 da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* discrimina dez diretrizes para o desenvolvimento de uma biblioteca que atenda às necessidades de informação dos deficientes visuais de forma eficiente e padronizada.

Em estudo monográfico realizado por Reis e Souza (2015) observou-se que tais diretrizes permitem uma percepção prática da pessoa com deficiência visual, pois possuem as mesmas demandas informacionais e direitos que qualquer outra pessoa, e que o acesso à informação é primordial para seu desenvolvimento e

independência. Verificou-se que o atendimento eficiente, eficaz e de alto padrão de qualidade são contemplados nas diretrizes da IFLA, que esclarece:

O Braille é o único sistema internacional de leitura e escrita reconhecido por cegos e pessoas que enxergam parcialmente aprovado pela UNESCO. A habilidade de ler e escrever independentemente tem os mesmos benefícios socioeconômicos para pessoas cegas que a aprendizagem tem para as pessoas da sociedade civil. Os estudos mostram que **aqueles que leem em Braille estão mais aptos a frequentarem a universidade** e têm taxas de empregabilidade maiores que aqueles que não leem. [...]. Uma grande variedade de materiais são usados para a produção de cópias impressas em Braille, como o papel manilha, termoformagem ou papel reciclado conforme apropriado. Em alguns países, onde o papel é muito caro e difícil de ser obtido, então o papel reciclado é uma alternativa que pode ser explorada (IFLA, 2009, p.37, grifo nosso).

Neste sentido, instituições brasileiras como Fundação Dorina Nowil para cegos, Laramara, Instituto Benjamim Constant e bibliotecas precisam também direcionar seus acervos para este público peculiar. Incluir o acervo em Braille impresso, como um formato existente e necessário é um desafio diante da realidade dos suportes de informação atuais. Define-se acervo acessível no ambiente da universidade como:

[...] conjunto de publicações – livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, **dentre outros materiais informacionais** – que são disponibilizados à comunidade acadêmica para leituras, com um diferencial: essas publicações devem ser em Braille [...] ou em formato compatível para uso de leitores de tela tais como: pdf editável, txt ou doc, tendo também opção por áudio-livros. (SOUSA; RABELO, 2014. 61):

Entendemos que a musicografia Braille encaixa-se em outros materiais. Devido a sua especificidade, será solicitada pelos usuários à medida que alunos com deficiência visual adentrarem em vagas dos cursos de Música das universidades. Diferentemente dos livros típicos, e até mesmo daqueles em Braille, cujos procedimentos para aquisição já são conhecidos, este material informacional necessita de equipe técnica diferenciada para produzi-lo.

Registramos a seguir uma pesquisa feita por Giacumuzzi, Moro e Estabel (2013), na qual um dos objetivos foi verificar quais Bibliotecas Públicas Estaduais (BPE) possuem informação acessível para as pessoas com deficiência visual através de partituras em Braille baseada no manifesto da IFLA/UNESCO citado anteriormente.

Quadro 4 – Bibliotecas Públicas do Brasil com Partituras em Braille

NOME DA BIBLIOTECA/ ESTADO-BRASIL	ATIVIDADES CULTURAIS COM A MÚSICA	PARTITURA EM BRAILLE
1 Biblioteca Braille do Estado do Amazonas (AM)	SIM	NÃO
2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BA)	SIM	SIM
3 Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (CE)	NÃO	NÃO
4 Biblioteca Braille Dorina Nowill (DF)	SIM	NÃO
5 Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo (GO)	NÃO	NÃO
6 Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim (MS)	NÃO	NÃO
7 Biblioteca Pública Arthur Vianna (PA)	SIM	NÃO
8 Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista (PB)	NÃO	NÃO
9 Biblioteca Pública do Estado do Pernambuco (PE)	NÃO	SIM
10 Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (RS)	SIM	SIM
11 Biblioteca Pública de Santa Catarina (SC)	NÃO	NÃO
12 Biblioteca de São Paulo (SP)	SIM	NÃO

Fonte: Adaptado pela autora com base em Giacumuzzi, Moro e Estabel (2013)

Conforme o estudo, nas bibliotecas públicas da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul existem partituras em Braille e nas do Ceará, Pará e Paraíba só há partituras impressas em tinta. Isto representa a necessidade de investimento neste acervo específico por parte das autoridades que regem as bibliotecas públicas. Percebemos como um processo em construção, cujo alicerce é proporcional à capacitação e formação ao longo do tempo, além de outras propostas coordenadas remotamente, como a existência do software Musibraille, que não atende sozinho a necessidade de transcrição da partitura para o Braille.

Há uma escassez de materiais em Musicografia Braille nas bibliotecas, inclusive nas especializadas em Braille. Geralmente, as obras musicais desses acervos são poucas. A produção de partituras constitui-se de um processo lento e

árduo, implicando na dificuldade de acesso a um vasto repertório musical, por parte dos alunos com deficiência visual, como destacam Bonilha e Carrasco (2008).

Percebemos então a importância do sistema Braille e suas formas derivantes como a partitura em Braille. Vimos desde a origem da escrita até se chegar alguns serviços de biblioteca para o acervo acessível. Consideramos salutar que os acervos de partitura em Braille constem nas bibliotecas para um acesso por meio de todos os músicos, mas sabemos que ainda é um desafio a ser trilhado e com inúmeras possibilidades de conhecimento sendo construído como observamos anteriormente.

3 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este capítulo tratará dos usuários da informação, valendo-se dos estudos acerca dessa temática para compreender como se processa o comportamento informacional, resultando nas suas práticas informacionais.

Para apresentarmos algumas considerações e embasamento sobre as práticas informacionais e de inclusão no contexto das pessoas com deficiência visual, traremos a contextualização da nossa participação em eventos da área, a seguir.

Em 2019, com o objetivo de ampliarmos os horizontes deste estudo, participamos de dois eventos relacionados à temática desta pesquisa. O *VII Encontro de Música e Inclusão*⁵, realizado em Natal, no Rio Grande do Norte, que teve como tema “Políticas públicas e pessoas com deficiência: práticas inclusivas e perspectivas de ação” e o *I Congresso de Neurociência e Música*⁶, realizado em Recife, Pernambuco, que objetivou discutir “música: ensino, pesquisa e saúde”. De ambas as vivências, às quais discutiam-se políticas públicas e inclusão pela música, percebemos que ainda há muito a ser pleiteado nos contextos cultural, social, educacional, político e informacional para adequar ações e terminologias, no intuito de permitir a inclusão de pessoas com deficiência. Como preconiza o lema das pessoas com deficiência, “Nada sobre nós, sem nós”, para que sejam discutidas políticas públicas para esses cidadãos faz-se necessário que eles sejam os protagonistas, de forma individual ou coletiva, com pleno poder de participação e de decisão.

Como resultado das participações nesses eventos, fizemos uma pesquisa e mapeamento sobre as categorias Música e inclusão, no recorte temporal de 2013 a 2019, quando observamos uma ampliação dos estudos relacionados à Música e à PCDV. A escolha do recorte desse período se justificou por serem todos os eventos ocorridos até os dias atuais.

⁵ O VII Encontro de Música e Inclusão foi realizado pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período de 29 de maio a 01 de junho de 2019. Ver <https://emiufrn.wordpress.com/vii-emi/>.

⁶ I Congresso de Neurociência e Música foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco, de 20 a 22 de novembro de 2019. Ver <https://www.even3.com.br/congressoneuromusica/>.

Apresentamos um quadro com as temáticas evidenciadas nos anais dos Encontros sobre Música e Inclusão, nos quais observamos a ampliação dos estudos em relação à pessoa com deficiência visual.

Quadro 5 – Anais Encontros sobre Música e Inclusão

Título dos Anais/https://emiufrn.wordpress.com/anais/	Ano
Anais do VII Encontro sobre Música e Inclusão	2019
Anais do VI Encontro sobre Música e Inclusão	2018
Anais do V Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual e III Seminário de Música e Inclusão	2017
Anais do IV Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual e II Seminário de Música e Inclusão	2016
Anais do III Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual e I Seminário de Música e Inclusão	2015
II Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual	2014
I Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual	2013

Fonte: elaborado pela autora.

Ao participarmos do evento em 2019, estivemos presentes em palestras, oficinas e apresentações de projetos da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN). Constatamos, mediante observação participativa em algumas apresentações de trabalhos e palestras, a necessidade de se estudar o comportamento informacional das pessoas com DV e que estudam música, tendo em vista a acessibilidade informacional destes por meio da partitura musical, mas também por outras formas de comunicação, como a audiodescrição. Em levantamento realizado por Silva (2019) sobre os eventos de 2013 a 2019, consta a descrição do respectivo evento e sua importância no âmbito nacional e internacional. Para esse autor,

A temática da Inclusão tem se tornado, nos últimos anos, um dos grandes focos de atenção nos espaços educacionais, como também vem sendo amplamente discutida em diversas áreas de conhecimentos, dentre elas a Educação, sendo objeto de tensões, polêmicas, dúvidas e lutas (SILVA, 2019, p.2).

A temática sobre comportamento informacional se coloca como primordial no contexto das discussões, pois como discutir algo que não se conhece? Silva (2019) destaca também a reação às legislações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, para o acesso e permanência dos educandos com deficiência na escolar regular, juntamente com a Lei nº 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, permitindo a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, objetivando a inclusão social.

Diante dessas políticas de inclusão, tornaram-se mais intensos os debates, na perspectiva de discutir acerca das condições de ensino, da inserção dos alunos com deficiência nos espaços educacionais, sobre as condições de trabalhos dos profissionais e professores para atuar com esse alunado, bem como sobre a implementação de políticas públicas que favoreçam a aprendizagem significativa do público com deficiência (SILVA, 2019, p.2).

Mas o que seria esta aprendizagem? Bessa (2014) trata da ancoragem proposta por Ausubel em que ocorre um processo responsável por reunir os conhecimentos já adquiridos aos novos conhecimentos, havendo processo de interação. Dessa maneira, segundo esse autor, quando um novo conhecimento é adquirido há mais probabilidade de não se perder, levando à ocorrência de aprendizagem mais significativa.

A pessoa com deficiência visual é completamente ativa no seu desejo e direito de aprender, desde que a ela sejam dadas as condições de aprendizagem necessárias ao seu desenvolvimento educacional. Dessa forma, a escola inclusiva se torna fundamental para propiciar a essas pessoas o direito à educação, para que possam construir conhecimentos e participarem ativamente pela garantia do reconhecimento da necessidade de práticas pedagógicas e informacionais de acesso e participação.

3.1 Estudo sobre os sujeitos na CI

No que tange os estudos sobre usuários da informação na Ciência da Informação, compreender o comportamento informacional dos sujeitos se torna fundamental. Em relação aos usuários com deficiência visual e a musicografia, essa ação se torna ainda mais desafiadora, tendo em vista que há longo caminho a ser

trilhado na área. Nesse sentido, entendemos que a acessibilidade informacional do conteúdo das partituras em Braille deve levar em consideração a particularidade de cada indivíduo.

Estudar os perfis profissionais e as práticas de determinado usuário da informação permite melhorar os sistemas, entender melhor as necessidades específicas de cada usuário, construir mais estratégias de mudanças com foco na qualidade do todo, mas que chega ao indivíduo na sua unicidade no contexto social onde atua.

Para conhecermos, na prática, como a acessibilidade na música por pessoas com DV ocorre, visitamos a Universidade Federal do Rio Grande do Norte pois um evento VII edição do Encontro sobre Música e Inclusão (2019), coincidiu de acontecer durante nossa pesquisa. Buscamos compreender como são organizadas as partituras na UFRN. Em oficina sobre acessibilidade informacional, entrevistamos informalmente um professor de música da referida universidade, e perguntamos como eram organizadas as partituras em Braille. O entrevistado nos informou que a organização se dá pelo nome do aluno, de acordo com o instrumento por ele tocado. Vale salientar que a dificuldade na transcrição é proporcional também ao tipo de instrumento.

As partituras ficam em pastas com o nome do próprio aluno. Parece algo simples, mas demonstra como é difícil, desde a elaboração até a organização, isto por causa do instrumento, pois há uma diversidade de instrumentos e interesses por parte dos estudantes, assim como habilidades pessoais para o canto. Essa afirmação reforça a função social e o entrosamento para interdependência do todo. Ou seja, por meio de informações implícitas e explícitas o organizacional funcionará holisticamente e serão concebidos os conhecimentos explícitos e tácitos de acordo com as competências de cada estudante.

É perceptível como o comportamento do usuário e suas práticas informacionais variam conforme o que lhe é mais acessível. Além disso, eles também são construtores, junto aos profissionais, de como a informação gerará melhor conhecimento, ou seja, sem a prática informacional não ocorrerá transformação em amplos aspectos: política, educacional, inclusão social, econômica, cultural.

De acordo com Araújo (2017, p.232),

Na abordagem do conceito de práticas, há, pois, uma progressiva aproximação ao que é propriamente humano nos usuários da informação: a sua capacidade imaginativa, criadora, na apropriação da informação; e a dimensão coletiva do seu “existir”, constituidora de todos os seus atos, entre os quais, aqueles ligados à informação.

Em estudo sobre as práticas informacionais de cinco músicos com deficiência visual, Oliveira e Reily (2014) destacam que, ainda que os participantes da pesquisa tenham desenvolvido a musicalidade, é perceptível a existência de grande variação no que tange ao domínio da escrita e da leitura musical. Isso ocorre em razão de fatores como: demanda de prática, complexidade e abrangência do repertório de obras interpretadas e o ensino que é oferecido.

Existem questões formais e informais a serem observadas, por exemplo, ler uma partitura permite um campo de visão maior das obras musicais. No entanto, salientamos que ao se falar de prática informacional, é condição importante perceber o individual dentro do coletivo.

Quanto à recuperação da informação por meio do sistema online, Dantas (2018) destaca a Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA), que traz experiências de cooperação entre Instituições de Ensino Superior (IES) para fomentar a oferta de material informacional acessível para pessoas com deficiência visual. Ainda de acordo com o mesmo autor, a lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata de direitos autorais no Brasil, permite, preservando-se as disposições autorais, a reprodução total de obras, desde que elas sejam destinadas às pessoas com deficiência visual, sem fins comerciais e mediante sistema adequado para esse público.

A REBECA faz a diferença, principalmente para evitar o retrabalho, pois adaptação de materiais para pessoas com deficiência visual e surdez, por exemplo, precisa de um precioso tempo e de profissionais especializados de áreas distintas. Outro ponto a destacar em relação à REBECA é a acessibilidade, pois permite que as pessoas tenham acesso à informação pela internet de qualquer lugar.

Para Dantas (2018, p.2), a alternativa surge:

Com a missão de fomentar o intercâmbio efetivo de informações técnicas e reunir, em um único ambiente, um acervo expressivo de materiais acadêmicos com requisitos de acessibilidade. A alternativa surge da necessidade de conhecer e socializar práticas sobre produtos, serviço e produção de material para pessoas com deficiência, abrangendo diversos centros, núcleos e laboratórios de acessibilidade presentes nas IES.

O Tratado de Marraqueche (WIPO, 2013), traduzido e aplicado no Brasil desde o Decreto n. 9522, de 8 de Outubro de 2018, e o Consórcio de Livros Acessíveis (ABC, 2014), ambas iniciativas da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, surgiram como alternativas internacionais para aumentar a oferta desse tipo de material. Abaixo temos a figura da recuperação da informação na tipologia da partitura em Braille, no caso a música Mulher Rendeira:

Figura 2 – Mulher Rendeira (partitura em Braille)

Use este identificador para citar ou linkar para este item: <https://ria.ufrn.br/1/201>

Título:	Mulher rendeira [Partitura Braille]
Palavras-chave:	Música - Baião - Partituras; Baião - Partituras; Música brasileira - Período Moderno - Partitura
Data do documento:	1953
Editora:	Irmãos Vitale
Descrição:	MULHER Rendeira. São Paulo: Irmãos Vitale, c1953.
URI:	https://ria.ufrn.br/jspui/handle/1/201
Aparece nas coleções:	Partituras - Flauta

Arquivos associados a este item:

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato	
Mulher Rendeira.brm	brm - Musibraille	358 B	BRM	Visualizar/Abriu
setup-musibraille-1.9-beta.exe	EXE Musibraille	9 MB	Musibraille-1.9-beta EXE para BRM	Visualizar/Abriu

[Mostrar registro completo do item](#) [Visualizar estatísticas](#)

Os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos reservados, salvo quando é indicado o contrário.

Fonte: Site Repositório de Informação Acessível (RIA) - <https://ria.ufrn.br/1/2019>.

Apresentamos na figura acima, por título Mulher rendeira [partitura em Braille], da coleção de flauta, de 1953, em busca feita no Repositório de Informação Acessível da (RIA/UFRN), a recuperação de uma partitura acessível. Todo o trabalho é feito de modo colaborativo por profissionais multidisciplinares, compartilhado em rede, de modo que a informação se torne acessível e colaborativa. Para acesso à Rede, os usuários têm autonomia mediante uso de senha individual, devendo respeitar os direitos e deveres mediante termo de acordo assinado.

3.2 Modelos de comportamento informacional: busca e uso da informação

Descrever sobre os modelos de comportamento informacional é entrar em um nicho repleto de possibilidades e apresentar nuances diversas de como os indivíduos usam e se apropriam da informação no cotidiano diante das situações, inclusive as inesperadas. No âmbito da Ciência da Informação e nas pesquisas desenvolvidas na área, identificamos a presença de alguns modelos de comportamento informacional. Nesse sentido, destacamos o modelo de Thomas Wilson (1981 e 1996) ao vislumbrarmos em sua proposta possibilidades de aplicação no estudo ora desenvolvido acerca da Musicografia Braille.

3.2.1 Modelo de comportamento informacional de Wilson

No início da década de 1980, Thomas Wilson (1981) *apud* Pinto e Araújo (2019, p.4-5) se dedicou à elaboração de um modelo de comportamento informacional a partir da observação e descrição de características dos indivíduos com sistemas de informação, objetivando sua otimização. Quase 20 anos depois, esse autor aprofundou a descrição de seu modelo, apresentando quatro definições sobre comportamento das pessoas com relação às informações. Esse modelo foi baseado nas seguintes proposições: as necessidades de informação têm sua gênese nas necessidades básicas do sujeito (fisiológicas, cognitivas e afetivas), logo não é uma necessidade primária, mas sim, secundária; e, diante da busca de informação para satisfazer sua necessidade, o sujeito pode deparar-se com barreiras individuais, pessoais, interpessoais e ambientais. Em nossa opinião, os sujeitos informacionais que possuem deficiência visual buscam aprimorar seus conhecimentos de muitos modos possíveis, porém no percurso encontram barreiras múltiplas, provenientes de acordo com o repertório de cada um, barreiras atitudinais, barreiras de especificidades, no caso da partitura em Braille, como vimos anteriormente. Segundo Pinto e Araújo (2019, p.6) Wilson,

[...] ampliou o escopo do conceito de comportamento informacional considerando várias atitudes em relação à necessidade, à busca e ao uso de informações, ao diferenciar essas dimensões em outros conceitos mais específicos. Porém, a concepção ainda é reducionista ao focar em atitudes

individuais como se não fossem produto de relações humanas e sociais, negligenciando fatores da interação dos indivíduos em sociedade, relacionando-se em determinados contextos histórico-sociais, envolvendo conflitos decorrentes das posições sociais ocupadas pelos indivíduos.

De acordo com Braga, Costa e Nunes (2018), a proposta de Wilson insere o sujeito que busca informação em um contexto social, com barreiras diversas que o levam a ter êxito, ou não, na sua busca por informação.

Considera-se que esta busca é movida por uma situação de estresse ou enfrentamento de um problema que acontece no contexto de vida do usuário. De modo geral, o estresse é uma experiência categorizada pela pessoa como **desconforto físico ou cognitivo**. No que se refere ao enfrentamento, este advém de uma situação estressante e se configura no embate através de comportamentos e ações que objetivam controlar a dada situação geradora de estresse.

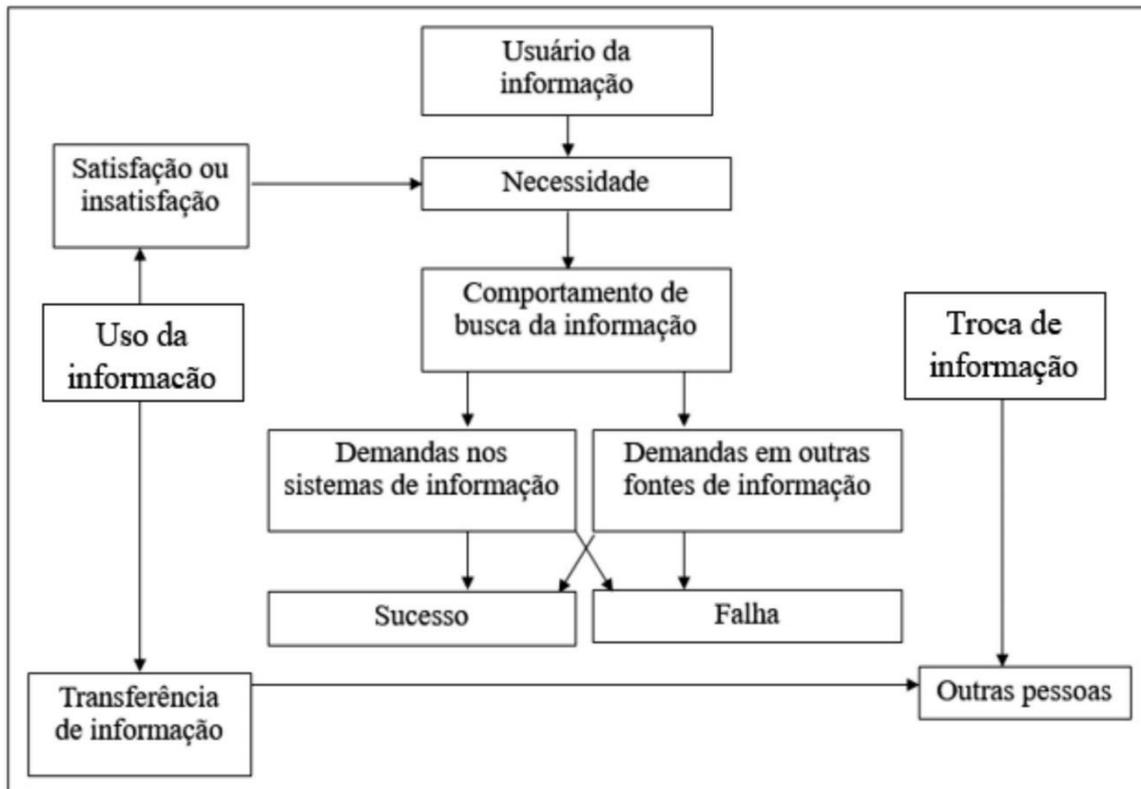
Entendemos que é preciso considerar que vários tipos de barreiras podem surgir no caminho da pessoa com DV. Podemos citar como barreiras, no contexto da definição da LBI, Brasil (2015 online), qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outras, classificadas em; urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, **atitudinais**, tecnológicas.

Ao citar tais barreiras, destacamos aquela que pode ser considerada a principal delas, ou seja, a barreira atitudinal, pela qual podemos descortinar todas as outras, como podemos detectar na definição da LBI, Brasil (2015, online): “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas”.

São, portanto, as atitudes e comportamento informacional dos usuários, tão presentes nos modelos de estudos de necessidades e uso da informação, com que podemos transformar a realidade e, principalmente, verificar como as necessidades dos usuários com deficiência visual estão sendo atendidas ou não.

A seguir, apresentamos as fases do modelo de Wilson, com base na tradução de Tabosa (2016, p.83):

Figura 3 – Modelo de comportamento de busca por informação de Wilson (1981)



Fonte: Tabosa 2016 *apud* Wilson (1981, p.659) - Tradução

Conforme Tabosa, a compreensão do conceito de informação se faz presente inicialmente no modelo de Wilson. Para ele, o importante é que a informação faça sentido para o usuário, independentemente de ser um item físico ou um conteúdo recebido oralmente. Em relação aos músicos com deficiência visual, fortemente essas duas formas de manifestação da informação podem estar presentes, pois entendemos que, por ser uma deficiência sensorial, têm indivíduos que estão aprendendo a partitura em Braille, bem como aqueles que se utilizam de outra forma de acesso na musicalização como pelo sentido auditivo, por exemplo.

De acordo com Wilson (1981, tradução nossa, grifo nosso), a figura acima apresenta uma forma de pensar da área cujo objetivo não é “modelar” o comportamento de busca de informações, mas enfatizar as **inter-relações** entre os conceitos usados no campo. Ele ainda sugere que o comportamento de busca de informações resulta do reconhecimento de alguma necessidade, percebida pelo usuário.

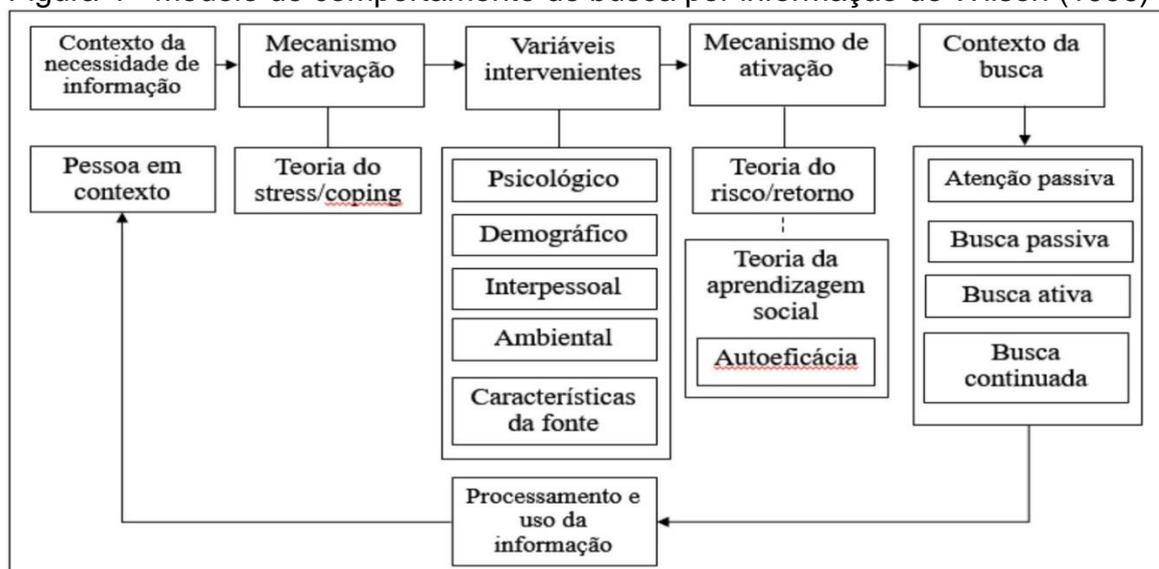
Sendo, portanto, uma necessidade identificada pelo usuário, não podemos, enquanto mediadores, delimitar uma forma única dessa necessidade. A informação, percebida em suas múltiplas aplicações, assumirá, pelo próprio usuário,

um significado único. Mesmo quando dentro de um grupo, a mesma informação é repassada, será a necessidade daquela determinada pessoa que dará o real sentido e dela fará uso. Poderíamos dizer que há um sentido coletivo e um individual na apropriação da informação pelos sujeitos. As trocas mentais de informação trarão ou não ações que refletirão em mudança de acordo com a satisfação ou insatisfação do usuário de informação.

Então, essa busca é retroalimentada quando, em um momento de insatisfação, pode remeter a fontes formais e informais de informação. No caso das pessoas com deficiência visual, em especial os músicos cegos, toda fonte de informação acessível é bem-vinda, dada a dificuldade de acesso ao conhecimento formal, a leitura de partitura em Braille e da própria escassez desse material. Dessa forma, é comum a existência de demandas nos sistemas de informação, a exemplo do software Musibraille, da partitura em Braille ou até mesmo gravações feitas em pen drive de buscas na internet, que podem significar demandas em outras fontes de informação.

O sucesso ou falha dessas possibilidades acreditamos não depender somente da parte física, mas do cognitivo e aspectos socioculturais presentes nas mediações que envolvem esses sujeitos. Como Wilson (1981) afirma, são as inter-relações que importam nesse campo. Destacamos, assim, a presença do fator auditivo para as pessoas com DV, uma característica essencial que influenciará nas trocas de informações com outras pessoas e assim por diante, em todos os processos.

Figura 4 - Modelo de comportamento de busca por informação de Wilson (1996)



Fonte: Tabosa 2016 *apud* Wilson (1999, p.257) – Tradução.

De acordo com a figura 4, representada com mais detalhes, percebemos uma maior complexidade, cercada pelo contexto da necessidade de informação, mecanismo de ativação movido pela teoria do estresse, variáveis intervenientes que culminam com as sensações dos indivíduos, aspectos psicológicos, demográficos, interpessoal, ambiental, características da fonte; temos também o mecanismo de ativação com a teoria do risco/retorno, teorias da aprendizagem social e autoeficácia e, no contexto da busca, atenção passiva, busca passiva, busca ativa e busca continuada, que retorna para o processamento e uso da informação da pessoa no contexto.

Sobre a necessidade informacional, Martínez-Silveira e Oddone (2007, p.120) salientam que

[...] ao menos dois dos elementos que integram os diferentes conceitos de necessidade informacional podem ser identificados com segurança. O primeiro deles é que há sempre implícito um motivo ou propósito. O segundo é sua natureza de processo cognitivo, que diferenciaria as necessidades informacionais das fisiológicas, por exemplo.

Entendemos, que se existe um motivo ou propósito e a natureza do processo cognitivo no contexto da necessidade de informação, estão permeados conforme o modelo de Wilson de 1996 por todas as variáveis citadas acima.

Dentre algumas mudanças em relação ao modelo de 1981, têm-se que, conforme Wilson (1999, tradução nossa), o uso do termo "variáveis intervenientes" serve para sugerir que seu impacto pode ser tanto favorável ao uso da informação quanto preventivo; em formação o comportamento de busca consiste em mais tipos do que anteriormente. Percebemos, assim, uma amplitude do modelo de 1996, que permite captar mais fatores que estão presentes no contexto da necessidade de informação.

E, ainda, no caso da 'busca ativa, era o foco de atenção; 'processamento de informações e uso' se mostram ser uma parte necessária do ciclo de feedback, se as necessidades de informação forem satisfeitas. Nesse caso, quando o status é de satisfação, no caso da busca ativa, entendemos que existe uma especialização que culmina na retroalimentação do processo por meio de quatro passagens: a « atenção e busca passiva » partindo para a busca « ativa e continuada », tudo intentando a satisfação ao longo do processo que envolve a necessidade de informação.

Ainda segundo Wilson (1999, tradução nossa), três ideias teóricas relevantes são apresentadas: teoria do stress/coping, que oferece possibilidades para explicar porque algumas necessidades não invocam o comportamento de busca de informações e que esclarecemos um pouco no início do texto; teoria do risco/recompensa, que pode ajudar a explicar quais fontes de informação podem ser usadas mais do que outras por um determinado indivíduo; e a teoria da aprendizagem social, que incorpora o conceito de 'autoeficácia', na qual existe 'a convicção de que se pode executar com sucesso o comportamento necessário para produzir os resultados' [desejados].

No caso do risco/recompensa, existe uma realidade de proporção em relação às fontes de informação, onde o usuário da informação, busca a que mais atende às suas necessidades e, assim, existe uma recompensa que seria sua satisfação em relação à informação localizada.

No caso da autoeficácia, o usuário da informação já se sente confortável em relação a qual comportamento realizar para alcançar o resultado desejado. Essa segurança é adquirida no decorrer do processo de busca conforme os fatores ou variáveis já citadas, a saber: aspectos psicológicos, demográficos, interpessoal, ambiental e características da fonte.

Cada variável interveniente possui sua função e age conjuntamente. Os aspectos psicológicos são inerentes à própria pessoa. De acordo com o dicionário Priberam (2021), a psicologia é a Ciência que estuda o comportamento e os processos mentais. Captamos, assim, que estes fazem parte de todo processo de busca de informação também, tendo em vista que os fatores cognitivos e emocionais são inerentes a esse processo.

No caso dos aspectos demográficos, a localização do indivíduo, a localização geográfica das ambiências e a acessibilidade arquitetônica e de infraestrutura tem forte influência no processo.

O caráter interpessoal é crucial no que tange ao comportamento informacional dos usuários e a necessidade de informação. Nesse sentido, a acessibilidade está diretamente relacionada a ausência de estereótipos, e discriminações. Ou seja, romper as barreiras atitudinais representa condição essencial tanto no contexto da mediação da informação quanto na eliminação de fatores de estresse, comumente percebidos no ensino-aprendizagem. A relação entre as pessoas faz toda a diferença para o compartilhamento da informação. No

caso dos músicos cegos, como observamos ao longo da pesquisa, é condição, muitas vezes *sine qua non*, ou seja essencial.

Em relação às características ambientais, segundo o dicionário Priberam (2021), uma das definições de ambiente é o conjunto das circunstâncias culturais, econômicas, morais e sociais em que vive um indivíduo (ex.: ambiente familiar; ambiente laboral; ambiente social). Mais uma vez, estamos diante de um fator primordial na busca de informações pelo músico cego. Tudo que o circunscreve, devido à limitação visual, pode ajudá-lo ou ser mais uma barreira para o acesso à informação.

Wilson (1999, tradução nossa) salienta que é um modelo de macrocomportamento que pode ser expandido com a inclusão de outros modelos teóricos de comportamento e torná-lo uma fonte mais rica de hipóteses e pesquisas adicionais do que o modelo anterior por ele proposto.

3.3 Educação inclusiva e o ensino e aprendizagem em Música

A educação inclusiva tem sido tema de debate tanto na esfera acadêmica quanto política. Esse debate vem ganhando força significativa de apropriação no âmbito do ensino e da aprendizagem como forma de permitir às pessoas com deficiência o direito à educação com equidade, para o exercício de suas capacidades de aprendizagem.

Nesse sentido, é o que acontece com os professores de música quando se deparam com aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, o que exigirá dele dedicação, conhecimento e domínio para facilitar o aprendizado desse aluno. Outro ponto importante a destacar é a interação entre os estudantes, tendo em vista que na educação musical inclusiva, os alunos sem deficiência ou dificuldade de aprendizagem aprenderão a se relacionar com os instrumentos criados para o aprendizado das pessoas com deficiência; tais instrumentos podem ser o software Musibaille, por exemplo, que pode ser utilizado com a turma toda, possibilitando uma conexão simultânea no aprendizado.

Nas aulas de percussão, por exemplo, todos aprendem juntos, independentemente do nível em que cada um está, a audição será fortemente requisitada e o movimento do corpo, para o músico cego, terá de ser estimulado

pelo aluno típico e pelo professor. Então exigirá um esforço do grupo como um todo. Neste momento, não existe menor ou maior, o coletivo passa a imperar e podemos ver o toque não apenas da partitura, mas da união inclusiva de todos com um mesmo objetivo: crescer por meio da música, vivenciar e fazer outros vivenciarem experiências por meio dela.

Falar de ensino-aprendizagem envolve discussões relacionadas ao processo de aprender, à escola e, por consequência, às metodologias de ensino e às condições apropriadas para que o aprendizado se efetive.

Para Vygotsky (1991, p.70), em relação ao aprendizado da música,

[...] o processo de desenvolvimento de uma habilidade técnica, como, por exemplo, o tocar piano: o aluno desenvolve a destreza de seus dedos e aprende quais teclas deve tocar ao mesmo tempo que lê a partitura; no entanto, ele não está, de forma nenhuma, envolvido na essência da própria música.

Cada indivíduo desenvolve, conforme sua história de vida e suas práticas, métodos para facilitar a aprendizagem. Isto é essencial, pois é na infância que o cérebro começa a se desenvolver conforme as atividades que lhe são propostas. As interações sociais e culturais das mais diversas possíveis farão diferença no desenvolvimento pedagógico da pessoa.

Nas abordagens sobre aprendizagens, consideramos importante destacar alguns fatores que contribuem com seu o seu caráter reflexivo. Como primeiro fator destacamos que a aprendizagem não é *estática*; pelo contrário, ocorre no dinamismo e movimento das práticas relacionadas à arte, à ciência, a um ofício e mesmo à vida. Outro fator importante é o *tempo*, pois o quanto antes houver a estimulação daqueles com necessidades especiais, isso favorecerá na aprendizagem final em relação ao seu próprio processo de aprendizagem.

Em seguida, pensamos na *aquisição de conhecimentos*, que é consequência do processo de aprendizagem. Por fim, a *práxis* do que fora aprendido para mudanças permanentes de comportamento e de apropriação da pessoa com deficiência, o que ocorre no cotidiano com as experiências vividas e as formas de inserção dessas pessoas na sociedade.

De acordo com Varela, Barbosa e Farias (2014) Reuven Feuerstein, discípulo de Piaget, influenciado pelas ideias de Vygotsky, desenvolveu a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (TMCE). Nela, a modificabilidade é um fator

tanto biológico quanto cultural. Reuven Feuerstein desenvolve o aporte complementar da TMCE, que é a Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), cujo foco está na estratégia metodológica dialógica intencional – emissor e receptor – interagindo constantemente, mobilizando o cognitivo e o afetivo.

De acordo com Feuerstein, Feuerstein Rafael e Falik (2014), dois encontros diferentes levaram Reuven Feuerstein a essa teoria: sua aproximação com Jean Piaget, que pode ser descrito como o fundador moderno da psicologia moderna de desenvolvimento; e em segundo, encontros e respostas com crianças que sobreviveram ao holocausto durante a Segunda Guerra Mundial na Europa. Piaget foi um dos grandes defensores da influência do pensamento nos processos de adaptação do ser humano. Feuerstein também foi influenciado por Freud e Jung e o menos conhecido, Szondi. Este acreditava na forte influência da hereditariedade sobre o comportamento humano e escolhas. Ele criou o termo *operotropismo* para designar tendências inconscientes que possuímos para determinadas áreas de envolvimento.

Em relação ao emissor e receptor, quanto à partitura em Braille e os usos das informações contidas nela, prevemos anteriormente todas as pessoas que possam contribuir para sua aplicabilidade, tendo em vista que é um tipo de informação especializada e carece de equipe multidisciplinar.

Diante desses fatores, se torna iminente a confluência sinérgica de várias áreas do conhecimento para que novas sementes científicas sejam reverberadas no contexto da educação inclusiva. O avanço na condição humana e, respectivamente, de seu coletivo ocorre por meio de mediações de informações inclusivas que culminam na equidade de condições, a saber de acessibilidade.

Afirma Bonilha (2006, p.3):

Afinal, através da leitura musical em Braille, o tato e a audição, os dois órgãos dos sentidos mais importantes para as pessoas com deficiência visual, se tornam unidos. Logo, saber ler música por meio do Braille representou para mim a fusão entre duas linguagens que sempre me encantaram. Ao longo do meu aprendizado, fui adquirindo conhecimentos em função da minha curiosidade. Achava interessante saber como cada estrutura rítmica, melódica ou harmônica poderia ser representada no papel.

Compreendemos, portanto, que a partitura em Braille seria o algo inserido na inclusão pedagógica dos musicistas cegos, tendo em vista que nem todos

tiveram acesso aos estudos de modo precoce como Bonilha, ao passo que também consideramos sua postura benéfica, pois seus estudos e práticas permanecem no campo da musicografia Braille. Outro ponto importante é a memorização necessária. Conforme Boyer (1997) apud Bonilha (2006, p.30),

Geralmente, o indivíduo lê uma determinada quantidade de informação musical (por exemplo, um compasso ou uma frase) de cada uma das partes (por exemplo, da mão direita e da mão esquerda), devendo reter o trecho lido em sua memória imediata, antes de executá-lo no instrumento. Segundo o autor, esse método de leitura pressupõe dois níveis de atuação por parte do leitor: a identificação de cada caractere lido e a adoção de estratégias para se manter o conjunto de informações na memória imediata.

Abaixo temos a figura 5 com uma partitura escrita em tinta e acima de cada pentagrama a transcrição por meio da musicografia Braille se tornando assim uma partitura em Braille digital retirada do acervo da Musicoteca no site do Musibraille.

Figura 5 - Suzuki Violin Method - Vol 02.pdf

Fonte: Partitura musical compartilhada. Acervo da Musicoteca no site do Musibraille: www.musibraille.com.br.

A figura 5 representa a complexidade da partitura em Braille, de como ela é diferente da partitura em tinta, podemos observar na distribuição da imagem as notas musicais sendo expostas por meio das celas Braille de acordo com os compassos.

A memória, muitas vezes, é tratada como a capacidade de armazenamento de informações no cérebro, ou, de resgate do que foi armazenado,

como afirma Bessa (2008). Inferimos, portanto, que existe uma identidade cultural ligada tanto aos músicos cegos como aos professores que se debruçam nessa possibilidade de ensinar e aprender, a qual exige esforço e motivação das partes.

O ensino-aprendizagem em musicografia Braille se coloca nessa situação de dificuldade tanto para o aluno quanto para o professor de música, que precisará se especializar nesta área específica, ou exigir a contratação de professor que possua esta tão difícil especialidade.

O **Projeto Musibraille**, criado para tratar das dificuldades de incluir estudantes cegos em cursos de música no Brasil, oportuniza softwares importantes para a edição de música em Braille, apresenta sugestões para criação de uma biblioteca online de música em Braille e à aplicação de cursos intensivos de transcrição musical, tanto para pessoas cegas quanto não-cegas. O alcance desse projeto tem trazido contribuições valiosas para revitalização da música Braille no Brasil. Esse projeto conta com centenas de professores e alunos já formados.

Em 2009, com o objetivo de facilitar a formação de educação profissional de música de alunos cegos da graduação em cursos de música, foi criado o Projeto Musibraille nas principais universidades federais do Brasil. Nesses cursos de graduação, muitos professores de música não sabem da existência da Musicografia Braille e se recusam a ensinar aos alunos cegos, pré-avaliando uma incapacidade destes em ler partituras musicais eficazmente. Tomé (2016, p. 162) descreve como funciona o software Musibraille, auxiliando na equidade comunicacional em sala:

A ideia geral é, portanto, permitir que a escrita musical em tinta e em Braille seja intercambiável, existindo várias possibilidades para a entrada de informações e sua visualização. Em particular, deveria ser possível o intercâmbio entre o Musibraille e outros programas de editoração musical, que são hoje utilizados pela maior parte dos músicos que fazem uso do computador para escrever música ou para produzir material didático na área de musicalização.

Em 2019 o Musibraille foi um dos programas utilizados para realizar adaptação para uma aluna com deficiência visual na UNB como podemos observar na citação abaixo:

Com equipe formada por seis estudantes bolsistas, dois voluntários e uma revisora de textos Braille do PPNE, o projeto adaptou os materiais a serem utilizados por Carolina Lima ao longo do segundo semestre de 2019. Foram produzidos: uma apostila de coral com dez partituras de canto; cinco cânones para a disciplina *Linguagem e Estruturação Musical*; método de flauta; três partituras de piano; material e gráficos de matrizes para

regência. O projeto começou em agosto e seguiu até dezembro de 2019 e foi financiado com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para a empreitada foram usados softwares gratuitos desenvolvidos por universidades brasileiras: Braille Fácil, MusiBraille e Monet. (PROJETO DA UNB ADAPTA PARTITURAS PARA BRAILLE, 2020 online)

Sabemos que a forma de acesso ao conhecimento pelas pessoas com deficiência visual é ampla, não é somente pela leitura e escrita Braille. No entanto, o ensino e aprendizado da música estão interligados à compreensão e uso da partitura. Entendemos que há uma lacuna devido à ausência desse material na maioria dos ambientes de informação, como as bibliotecas públicas de escolas e de universidades, reforçam Bonilha e Carrasco (2008).

Referente à musicografia Braille, diferentes campos precisam estar atentos e comprometidos, valendo-se de equipe multidisciplinar como: bibliotecários, os próprios alunos, educadores musicais e os que se dedicam ao estudo do *Braille*. Segundo Sousa e Rabelo (2014), como a biblioteca é facilitadora da produção e organização do conhecimento transforma-se em fonte primordial de pesquisa e apoio às ações pedagógicas e, ainda:

No caso das pessoas com deficiência visual, se a biblioteca universitária oferecesse um acervo acessível, facilitaria o processo de aprendizagem e inclusão dos referidos discentes na vida acadêmica, proporcionando aos seus professores uma diversidade maior de material bibliográfico nas atividades cotidianas em sala de aula. (SOUSA; RABELO, 2014, p.60)

Em 2013, o referido projeto apresentou metodologia para o ensino da música para crianças cegas, se baseando na interação com o software Musibraille. Essa iniciativa evidencia como a educação musical básica pode ter apoio mediante funções específicas do software. Descrições, ilustrações e características essenciais do projeto são mostradas rapidamente, assim como são explicadas as grandes mudanças na musicografia Braille e na educação musical de pessoas cegas no Brasil.

Entendermos o comportamento informacional das pessoas com deficiência e buscar se interessar pelo lema <<Nada sobre nós sem nós>>. Os projetos de acessibilidade como a Rede Rebeca demonstram o quanto é salutar a participação plena das pessoas com deficiência e de como o conhecimento pode ser multiplicado por meio desta participação. A seguir veremos um pouco sobre mediação da informação e participação ativa das pessoas com DV.

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Neste capítulo, abordaremos questões referentes à mediação da informação para pessoas com deficiência visual, mais especificamente associando o conceito de mediação às práticas no âmbito da formação musical. Após contextualização teórica acerca da mediação, apresentaremos as instituições cearenses pesquisadas que nos ajudaram a traçar a pesquisa empírica, apresentada na metodologia.

Devido ao caráter interdisciplinar e plural do conceito de mediação da informação, seus estudos e reflexões vêm se estabelecendo em várias áreas do conhecimento e aplicados a diferentes segmentos profissionais.

O século XXI traz a compreensão da mediação da informação num contexto complexo e, também, passível de contradições, como se confirma nas teorias de Bauman (2001) *apud* Silva (2015).

Nunes e Cavalcante (2017, p. 5) salientam que:

Não se pode afirmar que o conceito de mediação pertence especificamente a uma disciplina, mas, sim, a várias, principalmente no campo das chamadas 'ciências do espírito'. [...] Cada qual detém entendimentos particulares acerca do que pode ser considerado como mediação, elegendo teorias que ora se entrecruzam, ora se distanciam.

A Ciência da Informação é um desses campos, cujos estudos sobre mediação têm se ampliado e se estabelecido como aporte epistemológico essencial para a área.

Pode-se, inclusive, afirmar que a mediação da informação vem se constituindo como um dos primados básicos da Ciência da Informação que dialoga com várias áreas do conhecimento, principalmente a Comunicação e a Educação para desenvolver investigações sobre mediação da informação (SILVA, 2015, p.94).

No entanto, o mesmo autor afirma o caráter embrionário e a necessidade de solidez maior da mediação na CI. Na comunicação se estabelece a mediação cultural, fenômeno eminentemente multidisciplinar, dadas as associações disciplinares, principalmente na psicologia (comportamento dos indivíduos), sociologia (processos de relações sociais) e linguística (representação e significação da linguagem utilizada no processo de mediação cultural). Logo, a mediação pode ser entendida como construção e representação dos processos

sociais e culturais dialógicos com indivíduos e/ou grupos para promover significados e sentidos à realidade humana, a partir de um conjunto de atividades pensadas e constituídas dialogicamente, como argumenta Silva (2015).

No âmbito da Ciência da Informação, podemos pensar a mediação com base em uma apropriação crítica conceitual, visando uma solidez epistemológica. Dessa forma, entendemos que a mediação da informação é resultante das relações entre os indivíduos e o mundo, em seus fazeres e saberes cotidianos. Assim, inferimos que há reciprocidade na mediação, em que o indivíduo pode e deve participar proativamente. Nesse contexto, pensemos na apropriação do conhecimento construído por meio de interações com as informações que, quando processadas e assimiladas cognitivamente, o conteúdo é transformado em um novo conhecimento, daí chegamos ao avanço na ciência, por exemplo (SILVA, 2015).

É a partir da informação e de como ela é aplicada, oriunda de conflitos diante das incertezas, que surge a mediação da informação, justamente para permitir novas interferências dos sujeitos. Silva (2015) considera na mediação fatores primordiais, a saber: construção, intervenção e interferência. A primeira é permeada pela construção social, com ações implícitas e explícitas no processo mediacional. Dessa forma, “[...] é preciso que a mediação seja pensada em um plano paradigmático, socialmente construído de forma multilateral e dialógica, concebendo interações entre mediadores e usuários, estimulando a afirmação de suas percepções e desejos.” (SILVA, 2015, p.102);

Como a informação preconizada é aquela que questiona certezas, modifica pensamentos e reconstrói conhecimento, a mediação da informação precisa ser vislumbrada a partir de uma perspectiva de construção de sentidos entre mediador e usuário; [...]a construção de sentidos é condicionante *sine qua non* no âmbito do movimento e da vida cotidiana dos seres envolvidos no processo de mediação (SILVA, 2015, p.102).

No contexto da atuação dos profissionais da informação, Almeida Júnior (2009, p.92) destaca que a mediação

É toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva, que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Temos, então, três ações que trabalham simultaneamente, em nosso entendimento, durante o processo de mediação da informação, que ocorre ponto a ponto, se constrói por meio de interveniências e pode-se interferir gerando processo mais completo. Nesse processo, o usuário e o profissional a ele interligado na mediação se autorregulam por meio das trocas, havendo, muitas vezes, um estado híbrido, uma congruência entre as duas partes e que resulta em melhoramentos na instituição, isto conforme for realizada a mediação da informação, do contrário pode haver apenas interação. Para esclarecer esse pensamento, Silva propõe três tipos de mediação da informação nos centros de informação:

- a) **mediação técnica da informação** – concernente às ações de organização, representação da informação envidadas pelo profissional da informação, estimulando o uso da informação, seja em ambiente físico ou virtual. Por exemplo, a elaboração de catálogos, interação por e-mail e/ou redes sociais do acervo do centro de informação, entre outros.
- b) **a mediação pedagógica da informação** – consiste na condução dos procedimentos e heurísticas a serem utilizadas no processo de mediação. Para tanto, é fundamental um olhar constante nos estudos de usuários contemplando questões relativas ao uso do acervo, das condições tecnológicas, do serviço, das questões de pessoal e avaliação da atuação do centro de informação de forma geral, buscando uma aproximação com a comunidade, assim como promovendo autonomia para que o usuário tenha condições de escolha para apreensão e apropriação da informação;
- c) **mediação institucional da informação** – está relacionada aos procedimentos de como o profissional da informação irá buscar recursos (financeiros, pessoais, equipamentos, acervo, instrumentos tecnológicos, etc.), seja dentro ou fora da instituição que o centro de informação está inserido para concretizar suas ações e interferências, assim como promover sua sustentabilidade (SILVA, 2015, p.105).

Consoante ao pensamento de Silva (2015), a construção social da mediação da informação deve levar à formação de uma consciência crítica, da prática à teoria, pensada a partir das relações sociais, materiais e históricas, objetivando promover consistência à prática da mediação como fenômeno, que promove igualdade de oportunidades, reconhecimento das diferenças, integração, inclusão e autonomia.

Por estar diretamente ligada à vida, existem vários tipos de mediação a serem aplicadas em muitas áreas do conhecimento. Na CI, segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2017), as mais recorrentes são: Mediação Cultural; Mediação Custodial; Mediação de Leitura; Mediação Pós-custodial ou Informacional e Mediação da Informação. Em todas elas, a intencionalidade se faz presente, ou seja, a parcialidade existe inclusive na mediação, porém existe um caráter de

transformação do meio, dos usuários, das pessoas mediante colaboração e participação.

Nesse sentido ocorrem os conflitos, possivelmente em ambas as partes, pois os sujeitos estão imbricados em contextos únicos, porém em coletivos hierarquicamente muitas vezes despercebidos, por isso a necessidade da inclusão social sempre se fazer presente na mediação da informação proposta pelo bibliotecário e as respectivas instituições às quais estão congregados.

De acordo com Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 261),

O bibliotecário é quem deveria conhecer a real necessidade do público da biblioteca em que atua. Muitas vezes, estas atividades dirigem e norteiam o seu fazer cotidiano. Vale lembrar que os estudos de usuários é que dão a base para estruturar e manter uma biblioteca. Mas, em questão de atribuição de termos e serviços técnicos, são os bibliotecários que possuem formação para realizar as tarefas acima referidas.

Eis outro ponto sobre a mediação da informação e sua relação com o protagonismo social, como ocorre por meio do trabalho informacional. Segundo Gomes (2019, p.11),

As relações entre protagonismo social e mediação da informação sinalizam que o primeiro pode ser favorecido pela realização consciente da ação mediadora, o que evidencia o apoio desta a esse desenvolvimento, ganhando status nuclear no âmbito da relação entre a responsabilidade social do trabalho com a informação.

Muitos frutos podem ser colhidos através da ação mediadora do bibliotecário, de forma a contribuir com o protagonismo social daqueles que necessitam da informação. É um realizar que se torna diferencial na vida dos sujeitos informacionais, pois da informação recebida por meio da mediação, as práticas informacionais advindas das mesmas poderão fortalecer a ação desenvolvida pelo usuário da informação.

Entendemos que ser um protagonista social envolve muitas lutas contra exclusões de várias formas e em favor da acessibilidade. No entanto, acreditamos que existem protagonistas, lutadores em potencial que, por meio da mediação da informação saem de um contexto de exclusão social passando para inclusão, a depender da oportunidade, do acesso e de como a mediação é realizada, podendo refletir também os desejos do usuário da informação.

O protagonismo só existe na tomada de posição. Protagonistas assumem ações de liderança, se colocam contra obstáculos que representem ameaça ao coletivo, assumem embates pela construção de um mundo em favor do bem comum. Ser protagonista implica na tomada de posição de sujeito social ativo, que age e reage com e em relação ao outro (presente ou não na cena da ação). Enfim, o protagonista é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo (GOMES, 2019, p.13).

Compreendemos que, para o protagonista social, o coletivo se faz a razão de ser e com uma força incomum, de modo a buscar mudança social na posição ou função que determinado coletivo se encontra; se não tão bem, o protagonista lutará para reerguer de modo diferente do comum. É uma luta, segundo Gomes (2019), que vai de encontro à opressão, discriminação, apartheid social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente e ao encontro da afirmação dos princípios do viver junto, do respeito aos direitos sociais, da justiça social.

A autora também salienta que

Assim, pode-se defender que o protagonismo é social, além de representar uma conduta assumida, uma postura, um modo de ser e estar no mundo, que envolve as diversas esferas e dimensões da vida social, incluindo a dimensão cultural, compreendendo-se cultura como produção humana, na qual se inclui o objeto informação (GOMES, 2019, p.14).

Nessa perspectiva, o ser protagonista não depende apenas do querer, mas ele precisa trabalhar o real sentido da informação, do conhecimento gerado desse lutar para que haja consistência e empoderamento, como salienta Gomes (2019, p.14):

[...] ressalta a natureza social da informação, resultante do processo dialógico que sustenta e subsidia a geração do conhecimento, por potencializar a capacidade humana de interpelar, de interferir, de criar e recriar o próprio conhecimento anteriormente instituído e o próprio mundo. Sendo assim, qualquer conhecimento ou autoconhecimento é dependente do compartilhamento do que já se pôde conhecer.

Ainda em relação ao protagonismo social visado pela mediação da informação, é importante pensar na singularidade de cada público, especialmente no que tange à acessibilidade informacional, pois “no protagonismo social, assegura-se o espaço político da interação, da troca e da intersubjetividade.” (GOMES, 2019, p.15). Essa ação mediacional sustenta-se mediante o exercício crítico e de negociação entre os sujeitos.

Por intersubjetividade entende-se:

Qualidade de intersubjetivo, que ocorre ou se efetiva entre sujeitos humanos. O que pode se estabelecer ou ser estabelecido entre dois ou mais sujeitos. Comunicação de consciências individuais, de modos próprios de pensar e de enxergar o mundo, que se relacionam e se estabelecem de maneira recíproca. [Filosofia] Relação comunicativa entre dois ou mais sujeitos, efetivada de maneira recíproca e sem individualismos, a partir da qual se atribui significado à experiência humana (DICIONÁRIO AURELIO, *online*).

No contexto da mediação da informação, a intersubjetividade se faz presente, partindo do princípio das relações, dos sujeitos, que transferem informação para se comunicarem, cada um do seu jeito, buscando, no entanto, um entendimento comum, que seria o sentido, mesmo que apropriado de formas diferentes.

Gomes (2019) afirma que as práticas de comunicação influenciam diretamente na mediação da informação. Por meio da transmissão cultural e dos processos de compartilhamento em que os sujeitos podem gerar significações, a dimensão dialógica também se faz presente. Partindo do processo dialógico, há o encontro, a manifestação e a interlocução entre diferentes sujeitos sociais. Quando a mediação da informação é exercitada conscientemente, o processo dialógico favorece numa perspectiva crítica, além da observação mais intensa e precisa das incompletudes e lacunas dos conhecimentos instituídos e estabilizados, assim como da complexidade dos fenômenos, sejam eles sociais ou naturais. Entretanto, durante a crítica, o sujeito pode alcançar o autoconhecimento, tornando mais claras limitações e potencialidades, expandindo a probabilidade do desenvolvimento de estratégias e comportamentos para superação de tais limites, como também de exploração das potencialidades.

O processo de autoconhecimento demanda disposição para conhecer o outro, conhecer o meio e o contexto, já que nos constituímos como sujeitos a partir da interação com estes. Desse modo, observa-se a interligação da dimensão estética à dimensão ética da mediação da informação (GOMES. 2014, 2016 *apud* GOMES, 2019). A dimensão ética da mediação da informação pede do profissional uma ação mediadora em postura de abertura e acolhimento ao diferente. Demanda escuta e diálogo com o outro, ampliando a capacidade do ouvir e da observação sensível. Dessa forma, busca desenvolver princípios capazes de inibir a censura ao acesso à informação em desrespeito ao diferente, privilegiando o livre pensar e os direitos sociais coletivos e individuais.

Ao relacionar estética e ética, Gomes (2019) apresenta o caráter formativo da mediação da informação quanto ao usuário e à qualificação profissional. Ressalta, também, que mesmo não existindo essa formação, o próprio encontro com o conhecimento compartilhado potencializa a formação e a qualificação. Para Gomes (2019, p.18): “Em essência, toda atividade humana tem um caráter formativo, já que no fazer, no movimento e na ação acaba-se por inventar ou reinventar essas e outras ações, repercutindo também em transformações dos próprios sujeitos sociais.” Por fim, entende-se que a mediação da informação conscientizada encontra a dimensão política, ética, dialógica e crítica, que permite aos sujeitos o exercício do protagonismo social.

Entendemos assim, a importância da mediação da informação e do protagonismo social na transformação do sujeito informacional que gerará uma responsabilidade social por parte daquele que luta pela inclusão social trazendo benefícios por meio das instituições e dos indivíduos. A seguir veremos um pouco das instituições estudadas e seus acervos em Braille e de como a inclusão ocorre.

5 ACERVOS EM BRAILLE NO CEARÁ: INSTITUIÇÕES NO CEARÁ

Neste capítulo, apresentaremos as instituições cearenses que possuem acervos em formato acessível no Ceará ⁷(audiolivros e em Braille). Partimos do seguinte questionamento: as bibliotecas cearenses são inclusivas e dispõem de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual? Identificar esses acervos é importante para que tenhamos a compreensão de como as ambiências informacionais do Ceará estão integradas à disponibilização de conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência visual.

5.1 Bibliotecas Públicas

Iniciamos esse percurso pela Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)⁸, por ser uma das mais antigas instituições de informação do Estado do Ceará. Fundada em 25 de março de 1867, está hierarquicamente ligada à Secretaria de Cultura do Estado (SECULT/CE) e coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), integrado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

A BECE possui um setor Braille com aproximadamente 2.500 volumes, compostos por livros em Braille, livros digitais e audiolivros, disponíveis tanto para a consulta local quanto para empréstimo domiciliar. Além do acervo, também são disponibilizados serviços aos usuários, como: assistência ao leitor e a escolas, transcrição de textos para o Braille (computador com sistema DOS VOX e impressora Braille) e etc. (SECULT online).

A Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, fundada em 1971, está integrada à Prefeitura de Fortaleza, através da Secretaria de Cultura (SECULFOR). Desde 2010 conta com um setor de obras em Braille, criado a partir de parceria com a BECE e a Fundação Dorina Nowill para Cegos. Atende ao público de usuários mediante consulta local e empréstimo domiciliar.

⁷Devido à pandemia de COVID-19, não foi possível visitas para coleta de dados e há pouco material disponível em acesso online

⁸A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em novo conceito para ser reinaugurada, passa a se chamar Biblioteca do Estado do Ceará. Devido a uma grande reforma, encontra-se fechada há mais de cinco anos, o que dificulta a obtenção de dados mais atualizados, bem como compromete o acesso ao acervo em Braille e demais serviços ao público com deficiência visual.

5.2 Instituto Hélio Góes

No Ceará, em 2 de agosto de 1942, o médico oftalmologista Dr. Hélio Góes Ferreira, com incentivos do Estado do Rio de Janeiro, cria a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC). Inicialmente, mesmo sem o apoio dos órgãos oficiais, vários profissionais especializados não mediam esforços para mantê-la funcionando.

A instituição tinha como propósito ação preventiva contra cegueira, mantendo também um instituto educacional profissional, educando para vida física, moral e intelectual. Como havia o objetivo de fundar e manter um asilo para cegos inválidos, foi criada em 7 de abril de 1943 a Casa dos Cegos do Ceará, sendo posteriormente, em 1946, renomeada pelo presidente da SAC, Dr. Hélio Góes Ferreira, para Instituto dos Cegos do Ceará, por suas ações que se aproximavam mais da reabilitação das pessoas com deficiência visual. Após sua morte, a nomenclatura da instituição torna-se Instituto dos Cegos Dr. Hélio Góes Ferreira.

Suas ações iniciais restringiam-se a atividades comuns da vida diária e laborais. Havia insuficiência de professores e, inclusive, especializados, e o Braille era pouco conhecido.

Alguns fatos transformaram a essência dessas instituições de assistenciais para educacionais, entre os anos de 1950 a 1960, por exemplo, a formação dos professores em cursos especializados, em São Paulo, pela Fundação para o Livro dos Cegos do Brasil, com apoio do Ministério da Educação, a filiação da Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará ao Conselho Nacional do Bem-Estar dos Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais.

Até a criação dessas instituições, inicialmente beneficentes, o cego estava impossibilitado de experimentar suas habilidades e competências e vivenciava processo de exclusão na sociedade.

O Instituto Hélio Góes, além de ser pioneiro no Estado para o atendimento às pessoas com deficiência visual, também é referência no que concerne à acessibilidade. No âmbito da Educação, atua de acordo com as diretrizes do MEC, através da Secretaria de Educação Especial, órgão federal responsável pelas ações da área de Educação Especial no país. No contexto da cultura e das artes, o Instituto oferta aulas de música, piano, teclado e fanfarra e, ainda, aulas de teatro e acesso à uma biblioteca.

5.2.1 Biblioteca Braille Josélia Almeida

A biblioteca do Instituto dos Cegos Dr. Hélio Góes Ferreira assiste os alunos da referida instituição, possibilitando o acesso ao acervo composto por obras em Braille e em tinta, com caracteres ampliados. Além desse material, conta também com áudio-books, gravados pelo Centro de Gravação do Livro Falado da SAC. A biblioteca tem como objetivo a formação de leitores, buscando estimular por diferentes ações as práticas de leitura.

Dentre as obras do acervo destacam-se: obras literárias, infantil e infanto-juvenil, livros didáticos, jornais diários em Braille e com caracteres ampliados. Há, ainda, uma brinquedoteca e CDteca. Dentre as atividades de mediação realizadas por essa ambiência destacam-se: Hora do Conto, atividades de práticas de leitura com cantigas de roda, poemas, músicas, bate-papo e o projeto “Meu primeiro livro” (BIBLIOTECA BRAILLE JOSÉLIA ALMEIDA, 2020 online).

Sobre o acervo da biblioteca, temos as seguintes especificações, conforme pesquisa realizada na instituição: em média 155 obras de literatura em Braille com 670 volumes, 840 paradidáticos (em Braille e em tinta), 35 obras de referência em 377 volumes, 105 didáticos (em Braille e em tinta), contando com 1089 volumes e 05 periódicos em Braille com 68 volumes. Ao todo, sem contar com as partituras em Braille, são 1140 títulos em Braille e 3044 registros ou volumes.

Podemos depreender que, devido tratar-se de uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência visual, desde a alfabetização, todos os estudantes recebem educação especializada e com acesso a conteúdos e literatura. E, por ser uma escola direcionada para esse público, a biblioteca possui um acervo de obras em Braille amplo e variado.

5.3 Universidades públicas Federal e Estadual

5.3.1 Universidade Federal do Ceará (UFC)

Em relação à Universidade Federal do Ceará, destacaremos as três instâncias incluídas nesta pesquisa, que são: a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, o Sistema de Bibliotecas e o curso de Música.

Criada em agosto de 2010, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui da Universidade Federal do Ceará (UFC) conta com um setor exclusivo para elaborar ações de inclusão das pessoas com deficiência. Busca integrar pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da instituição, notadamente com o intuito de facilitar a inclusão no ensino, na pesquisa e na extensão. A Secretaria possui três eixos de atuação: tecnológico, atitudinal e pedagógico e trabalha na formulação de uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE/UFC, 2020 online).

A Secretaria oferece serviços como edição de textos, suporte pedagógico e de tecnologias assistivas, tradução e interpretação de Libras, entre outros. Entretanto, o seu principal papel é a fomentação e o acompanhamento de ações intersetoriais que visem o acolhimento das pessoas com deficiência na UFC e na sociedade, de modo que a elas seja proporcionado o direito à inclusão e ao protagonismo social. Dessa forma, busca a descentralização das iniciativas de acessibilidade, com suporte e orientação a coordenadores de cursos, chefes de departamento, docentes, servidores técnico-administrativos e ao próprio estudante.

Em relação ao Sistema de Biblioteca da UFC, representado pela Biblioteca Universitária (BU), é composto por 19 bibliotecas, sendo 15 nos campi de Fortaleza e 4 nos campi de Crateús, Quixadá, Russas e Sobral. Tem por missão: “Organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da Universidade Federal do Ceará, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da Instituição e da sociedade” (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, UFC, 2020 online).

Em suas atividades regulamentares, a BU busca possibilitar a inclusão social por meio de uma biblioteca acessível que se desenvolve desde 2009 com projetos específicos desenvolvidos pela comissão de acessibilidade. Em 2019, por meio da Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD), estrutura-se politicamente, tornando-se em 2020 uma Divisão.

Salientamos a existência de um link específico no site da biblioteca com o nome de biblioteca acessível, o que facilita o acesso dos usuários.

A Biblioteca Universitária tem como missão disseminar a informação para produção do conhecimento, oferecendo suporte às atividades acadêmicas. Nesse contexto, os estudantes com deficiência precisam de atenção especializada para que possam desempenhar com êxito suas atividades. No

intuito de oferecer um melhor atendimento a esses usuários, o Sistema de Bibliotecas da UFC conta com núcleos de atendimento nas bibliotecas da capital (Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Central do Campus do Pici, FEAAC e Faculdade de Direito) e nas bibliotecas do interior do Estado (Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Russas e Campus de Crateús) (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA,2020, online).

A SAPD possui um serviço de informação específico de digitalização e conversão de material bibliográfico para os alunos com deficiência visual, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Acessibilidade - UFC Inlui.

Salientamos que a questão da inclusão social da pessoa com deficiência na universidade vem ocorrendo em contextos processuais de mudança, pois, devido à diversidade de barreiras, as soluções adequadas ocorrem em etapas, conforme necessidades e planejamento estratégico, como se observa na postura inicial do Sistema de Bibliotecas da UFC (SB/UFC).

A proposta de inclusão da pessoa com deficiência no SB/UFC teve origem nas discussões da Comissão de Acessibilidade que faz parte das Comissões Especializadas de Estudo (CEE) da Biblioteca Universitária da UFC, criadas com o objetivo de descentralizar as decisões administrativas, objetivando diagnosticar as necessidades de mudanças para a solução de problemas técnicos e estruturais do Sistema de Bibliotecas da UFC. O objetivo da Comissão de Acessibilidade, criada em 2010, em primeiro lugar, é identificar os usuários com deficiência, diagnosticar as condições de acessibilidade física, tecnológica e recursos humanos do Sistema de Bibliotecas, como também definir políticas de desenvolvimento de acervo e capacitar os recursos humanos (SOUSA *et al.*, 2012, p.5).

Por meio de estudos da realidade, pode-se propor e organizar ações para responder às necessidades do usuário acadêmico com deficiência. No caso dos acervos, também são pensadas ações na comissão responsável por esta temática. Em 2016, foi atualizada a Política de Desenvolvimento de Coleções do SB/UFC e incluídas as pessoas com deficiência.

O acervo em Braille da UFC fica localizado na Biblioteca de Ciências Humanas, no campus do Benfica. No total, são 41 exemplares (registros) e 22 títulos (acervos), divididos em obras de temas diversos. Esse acervo é pouco consultado pelos usuários com deficiência visual, eles preferem arquivos digitais, por ser mais fácil o armazenamento e transporte. Também porque muitos cegos não sabem Braille e obras científicas em Braille ainda são de difícil aquisição, o que resulta muitas vezes em literatura geral. Títulos científicos são raros.

Em pesquisa recente de mestrado, sob o título “Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da Educação

Inclusiva”, Sousa (2016) chega a algumas conclusões quanto ao acesso aos acervos disponibilizados pela Biblioteca Universitária às pessoas com deficiência visual, incluindo-se docentes e discentes:

[...] A pesquisa conclui que as mediações possíveis na perspectiva da Educação Inclusiva no Sistema de Bibliotecas versam sobre os aspectos de: acessibilidade atitudinal, acessibilidade de comunicação e digital e os aspectos arquitetônicos [...]. A maior dificuldade relatada, tanto para os discentes como para docentes, é por acervo de livros. A principal sugestão é por um repositório institucional com as obras em formato digital. No que se refere à política de inclusão, os professores, na sua maioria, têm um conhecimento superficial. Os discentes em suas falas expressam um conhecimento mais consistente. Tanto os estudantes como os professores acreditam na importância da política de inclusão e consideram a Biblioteca Universitária importante para concretizar a inclusão (SOUSA, 2016, p.9).

Entendemos que o papel da biblioteca universitária para a inclusão informacional e a acessibilidade no âmbito do ensino superior é essencial em muitos aspectos, de modo a propiciar o acesso à informação para que os estudantes possam desenvolver suas competências profissionais, levando-se em consideração o modo como a informação chega até ele e como a mediação ocorre, tendo em vista a dinâmica da inclusão.

5.3.1.1 O curso de Música da UFC

Na época da implantação do Curso de Música da UFC em Fortaleza, o papel da antiga Casa de Cultura Artística era exercido pelo Instituto de Cultura e Arte (ICA). Sob a responsabilidade do ICA encontravam-se o Curso de Arte Dramática, a Casa Amarela Eusélio Oliveira, o Museu de Arte da UFC, o Coral da UFC e a Camerata e o Curso de Extensão em Música - o qual abrigava um coral de alunos, um grupo de flautas e uma camerata de violões.

O Curso de Extensão em Música (CEM) objetivava uma formação musical básica para jovens que intentavam, em suas histórias pessoais, incluir a música como prática profissional. Muitos estudantes, oriundos do CEM, procuravam aperfeiçoamento e espaços para atuação como professores de música na escola formal ou em projetos educacionais não formais, organizações não governamentais, igrejas e etc. Todavia, o CEM era um curso de extensão e, como tal, deveria estar vinculado a atividades de ensino e pesquisa nucleadas em um centro ou faculdade da UFC.

A partir da questão acima evidenciada, em 2006 a UFC cria em Fortaleza o Curso de Licenciatura em Música, que então chamava-se licenciatura em Educação Musical. Até 2008, o referido curso esteve vinculado à Faculdade de Educação, tendo sido um dos primeiros cursos do Instituto de ICA, unidade acadêmica criada naquele mesmo ano. A experiência exitosa do Curso de Música de Fortaleza levou à criação de mais dois cursos na UFC, em 2009, no então Campus do Cariri, hoje Universidade Federal do Cariri, e no ano de 2010 no Campus de Sobral.

O Curso de Música da UFC, apesar de ter sido criado antes do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), beneficiou-se fortemente dessa ação do Governo Federal, pois foi possível ampliar o corpo docente, que em 10 anos passou de 04 para 14 professores. O impacto do REUNI também foi sentido na ampliação do número de bolsas destinadas aos estudantes do Curso e na criação do PET-UFC.

Um programa que também deve ser destacado nesta breve retrospectiva histórica do Curso de Música da UFC é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que na área de Música se faz presente, atualmente, em 04 escolas da rede municipal de Fortaleza. Participam do Programa 02 professores da UFC como coordenadores de área, 04 professores da rede municipal como supervisores de área nas escolas e 24 estudantes da graduação em Música que desenvolvem seus trabalhos nas quatro escolas. Importante salientar que de 2010 a 2013 o PIBID de Música funcionou em parceria com o PIBID de Pedagogia, buscando realizar um trabalho compartilhado entre as duas áreas, de caráter transdisciplinar (CURSO DE MÚSICA, UFC, 2015 *online*).

Como podemos verificar na matriz curricular do Projeto Pedagógico do curso de Música de 2016 apresentada abaixo, há uma disciplina de Musicografia Braille em caráter optativo, com carga horária de 32 créditos.

Quadro 6 - Estrutura curricular - disciplina Musicografia Braille e outras disciplinas – optativas

ICA2535	VIOLINO/VIOLA VII – 32h	Optativa
ICA2536	VIOLONCELO E CONTRABAIXO III – 32h	Optativa
ICA2537	VIOLONCELO E CONTRABAIXO IV – 32h	Optativa
ICA2538	VIOLONCELO E CONTRABAIXO V – 32h	Optativa
ICA2539	VIOLONCELO E CONTRABAIXO VI – 32h	Optativa
ICA2540	VIOLONCELO E CONTRABAIXO VII – 32h	Optativa
ICA2543	MUSICOGRAFIA BRAILLE – 32h	Optativa
ICA2544	MÚSICA BARROCA – 32h	Optativa
ICA2545	MÚSICA MEDIEVAL E RENASCENTISTA 32h	Optativa
ICA2550	PRÁTICA DE CONJUNTO II – 32h	Optativa
ICA2551	PRÁTICA DE CONJUNTO DE CORDAS FRICCIONADAS III – 32h	Optativa
ICA2552	LUDICIDADE E EDUCAÇÃO MUSICAL I – 32h	Optativa
ICA2553	MÚSICA E EDUCAÇÃO INFANTIL I – 32h	Optativa
ICA2554	ARRANJO MUSICAL – LINGUAGEM HARMÔNICA DA MPB E JAZZ – 32h	Optativa
ICA2555	TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO MUSICAL – 32h	Optativa
ICA2556	METODOLOGIAS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM MUSICAL II – 32h	Optativa

Fonte: Adaptado pela autora de https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=657465

O fato de existir uma disciplina em Musicografia Braille, apesar de optativa, indica a intenção do corpo docente para inclusão, ainda que não possa ser considerado o suficiente, inclusive pela dificuldade de oferta da mesma, tendo em vista a necessidade de haver docentes qualificados para ministrá-la.

O referido curso possui atualmente dois alunos com deficiência visual matriculados. Eles utilizam partituras tanto do grupo de pesquisa em Educação Musical Inclusiva como as disponíveis na internet e instituições que as possuem, como Instituto Helio Goes.

Ressaltamos a existência do grupo de pesquisa em Educação Musical Inclusiva, da Universidade Federal do Ceará, que trata da inclusão de modo geral na música e, nesse contexto, traz também um trabalho específico com músicos com deficiência visual. O referido grupo tem o objetivo de colaborar com a discussão sobre Educação Musical Inclusiva no curso de Música da UFC por meio do estudo, da pesquisa, da extensão, do ensino e da assistência aos docentes e discentes.

Teve origem por iniciativa de Jonatas Souza, aluno egresso, em parceria com o professor Erwin, e ficou ativo entre os anos de 2010 a 2014. Nesse período, a finalidade era apenas de transcrever partituras para o Braille, antes mesmo do curso ter o primeiro aluno cego. Em 2017 foi reativado e, após o ingresso de Paulo Mateus, primeiro aluno cego do curso, e por iniciativa deste, se tornou uma das atividades administrativas do Programa de Educação Tutorial (PET) em Educação Musical. O grupo ainda atua em atividades de musicografia Braille, mas ampliou seus objetivos para a perspectiva de Inclusão e Educação Musical para todos, com a orientação do professor doutor Gerardo Viana.

Atualmente, existem algumas partituras em Braille no grupo, porém a contabilização não é possível ainda, pois precisam passar por um processo de catalogação e organização. São partituras elaboradas pelo próprio grupo em parceria com os alunos com deficiência visual e professores.

5.3.2 Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Nesta seção, faremos considerações sobre o Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e o curso de Música dessa instituição. O Sistema de Bibliotecas da UECE possui duas bibliotecas em Fortaleza e seis no Interior do Estado. Tem como missão: “possibilitar suporte de informações às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da UECE e da sociedade cearense.” (SISTEMA DE BIBLIOTECAS UECE, 2020, online).

Seu acervo resultou em parte da reunificação das coleções das Escolas e Faculdades que formaram a Universidade: Faculdade de Filosofia do Ceará, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Escola de Serviço Social, Conservatório de Música Alberto Nepomuceno e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte. Posteriormente, a Lei nº 10.262, de 18 de março de 1979, autorizou a transformação da Fundação Educacional do Estado do Ceará

(FUNEDUCE) em Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), com campi instalados em Fortaleza, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá (SISTEMA DE BIBLIOTECAS UECE, 2020, online).

Quanto ao acervo acessível em Braille de suas bibliotecas, conforme os dados coletados durante a pesquisa, a instituição possui 104 títulos e 500 volumes em livros em Braille, sendo a grande maioria composta por obras literárias. A biblioteca conta com um computador, impressora e o Dosvox instalado para uso dos estudantes. É importante salientar que a instituição não possui partituras em Braille.

5.3.2.1 O curso de Música da Universidade Estadual do Ceará

O Curso de Licenciatura em Música da UECE, com forte tradição na formação musical cearense, originou-se a partir dos cursos do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno: o Bacharelado em Instrumento (Piano e Canto) e a Licenciatura Plena em Educação Musical. Em 1995, após 20 anos como parte do Conservatório, o curso de Licenciatura em Música foi incorporado ao Centro de Humanidades da UECE, passando a funcionar no Campus do Itaperi. Atualmente, a UECE possui cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Música.

Em primeira verificação na matriz curricular dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos, não foi identificada nenhuma disciplina específica voltada para inclusão musical de pessoas com deficiência ou, mais especificamente, de Musicografia em Braille. Referido curso possui, atualmente, um aluno com deficiência visual. Diante das instituições apresentadas, podemos considerar que, bibliotecas e instituições de ensino superior precisam estar atentas com a questão da inserção da acessibilidade na oferta de produtos e serviços informacionais. Entretanto, quanto a literatura acessível e/ou em Braille para os deficientes visuais, ainda há longo caminho a ser percorrido. Nesse caso, enfatiza-se o papel preponderante das unidades de informação e dos profissionais de Biblioteconomia na implementação de políticas e projetos de desenvolvimento de acervos que possam atender às necessidades informacionais nesse público, mais especificamente, no âmbito dessa pesquisa, dos alunos com deficiência visual.

Assim, entendemos a necessidade de acervos acessíveis para as pessoas com deficiência visual. É salutar que já existem iniciativas que precisam ser aperfeiçoadas sempre. A seguir partimos para a metodologia adotada na pesquisa empírica nas instituições e também com os sujeitos informacionais.

6 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos os percursos metodológicos para realização da pesquisa teórica e empírica. O estudo realiza uma investigação que se desenvolve no campo das ciências sociais aplicadas, voltada para um grupo específico que são as pessoas com deficiências visuais no contexto da musicografia Braille.

O desenvolvimento desta pesquisa inicia-se com levantamento bibliográfico e pesquisa documental para a definição das abordagens teóricas acerca da temática estudada e conhecimento dos diversos documentos que dão suporte às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil. De acordo com Bentes Pinto e Cavalcante (2015, p.32), « a compreensão do que se tem por pesquisa bibliográfica e documental perpassa pelo conhecimento das fontes de informação e pelas competências do pesquisador sobre as etapas de sua realização.»

Dessa forma, fomos buscar conceitos necessários para a compreensão do tema: acessibilidade, deficiência e pessoas com deficiência visual (PDV) e musicografia Braille. E, para articulação com a Ciência da Informação, realizamos pesquisa na produção científica da área, especialmente na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), sobre práticas informacionais, comportamento informacional, acessibilidade informacional e mediação da informação.

Ao realizarmos revisão integrativa da literatura da área sobre a temática, buscamos identificar estudos sobre Braille e a Música em produções científicas da Ciência da Informação, utilizando o termo “*Braille Music*” nas bases internacionais (LISA e SCOPUS) e Musicografia Braille em Bases brasileiras (BRAPCI e BDTD), obtendo o seguinte resultado, extraído dos títulos, resumos e palavras-chave.

No âmbito da pesquisa documentária, fizemos levantamento sobre a documentação voltada para as políticas de inclusão e de atendimento às necessidades das pessoas com deficiência e sobre acessibilidade.

Utilizamos a pesquisa exploratória, que conforme Marconi e Lakatos (2011) registra, analisa, interpreta e identifica os fatos e suas causas. Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, conforme Gil (2007) apud Gehardt e Silveira (2009). Ou seja, explica o porquê das coisas através dos resultados obtidos.

Valemo-nos do método fenomenológico, pois, segundo Timbó (2015), significa mostrar-se a si mesmo. Ou seja, interessa-se pelas experiências humanas, analisando vivências do cotidiano dos sujeitos pesquisados. Ocorre uma descrição dos fatos e não foca na busca da verdade absoluta e definitiva. O fenômeno está em constante movimento, então, poderá ser (re)investigado, obtendo-se uma nova interpretação. Não precisa de quantificação, o resultado provém partindo da visão do pesquisador, o qual se apoia no discurso pesquisado.

A pesquisa é de natureza qualitativa, visando a compreensão e descrição dos fenômenos pesquisados, pois essa se dirige também para a dinâmica entre a realidade e os sujeitos.

O enfoque qualitativo, em geral, é utilizado, sobretudo, para descobrir e refinar as questões de pesquisa. Às vezes, mas não necessariamente, hipóteses são comprovadas. Com frequência, esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados que não requerem mensurações, como as descrições e observações. Regularmente, questões e hipóteses surgem como parte do processo de pesquisa, que é flexível e move-se entre os eventos e a sua interpretação (POLAK; DINIZ; SANTANA; 2011, p.73).

Flick, von Kardorff e Steinke (2000, p. 27) apresentam quatro bases teóricas para a pesquisa qualitativa:

- a) a realidade social como construção e atribuição social de significados;
- b) a ênfase no caráter processual e na reflexão;
- c) A relevância das condições “*objetivas*” de vida por meio de significados subjetivos;
- d) o caráter comunicativo da realidade social, refazendo o processo de construção das realidades sociais, tornando-se ponto de partida da pesquisa.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, acreditamos tratar-se de parte de grande importância para a pesquisa empírica, especialmente àquelas que se utilizam da pesquisa de campo. Nesse sentido, fizemos uso da entrevista semiestruturada, com questões elaboradas previamente, com base no modelo de comportamento informacional de Wilson, discutido e apresentado no capítulo 4. Referido instrumento foi aplicado com alunos com deficiência visual dos respectivos cursos de Música da UFC e UECE apresentados no capítulo anterior. Essa fase da pesquisa permitiu colher informações não registradas nos documentos e, ainda, compreender como pensam os estudantes com deficiência visual, acerca da acessibilidade informacional existente nos cursos e nas bibliotecas.

6.1 Pesquisa Empírica

Como lócus da pesquisa⁹, selecionamos quatro instituições educacionais, situadas em Fortaleza - Ceará, com realidades diferentes, que realizam educação inclusiva e possuem cursos e formações em Música. São elas: o Instituto Hélio Góes - setor da Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), que cuida da educação e integração social de crianças, adolescentes e adultos com deficiência visual; o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno; a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), essas duas últimas possuindo cursos de graduação em Música, conforme apresentado no sexto capítulo deste estudo.

A pesquisa se desenvolveu em duas vertentes: a primeira, nos cursos ofertados por essas instituições, para verificar se há ações inclusivas voltadas para pessoas com deficiência visual. E a segunda, nas bibliotecas, de modo a identificar a existência de acervos constituídos de partituras em Braille. Além disso, buscamos identificar como essas bibliotecas atuam no âmbito da mediação da informação musical junto a seu público.

⁹ Tendo em vista a pandemia de COVID-19, que limitou o acesso a pessoas e instituições, a obtenção dos dados de pesquisa se deu através de e-mail e telefone, principalmente. Além disso realizou-se pesquisas nos sites das instituições.

7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Após trilhar os caminhos da pesquisa empírica, o que ocorreu com bastante dificuldades e limitações devido às medidas impostas pela pandemia da COVID 19, no cenário brasileiro teve início em março de 2020 e trouxe o isolamento social e a interrupção das atividades nas instituições educativas, apresentamos, a seguir, as análises oriundas dos dados coletados.

Em relação aos acervos acessíveis para as pessoas com deficiência visual e em partituras Braille, segue quadro que resume alguns dados sobre este tipo de acervo, relativos às instituições pesquisadas.

Quadro 7 – Mapeamento dos acervos em Braille

INSTITUIÇÕES E BIBLIOTECAS	Acervo Braille	Títulos e exemplares	Partitura em Braille*
Instituto dos Cegos - Helio Goes/Biblioteca Braille Josélia Almeidas	Sim	1140 títulos e 3044 exemplares	Sim
Conservatório de Música Alberto Neponmuceno	Não	Não	Não
UECE	Sim	104 títulos e 500 exemplares	Não
UFC	Sim	22 títulos e 41 exemplares	Não
UFC-Grupo de Pesquisa em Educação Musical Inclusiva	Sim	Não catalogado	Sim

Fonte: elaborado pela autora para a pesquisa.

* No decorrer da pesquisa, fomos informadas da existência de partituras em Braille no Instituto Hélio Goes e no Grupo de Pesquisa Musical Inclusiva, entretanto os informantes não souberam precisar o tamanho do acervo/número de exemplares e títulos.

Os dados apresentados no quadro 7 foram obtidos mediante contato com bibliotecários e outros profissionais que atuam nas bibliotecas das instituições pesquisadas. Como podemos observar, os acervos acessíveis para pessoas com deficiência visual ainda são mínimos nas instituições educacionais do Estado do Ceará. E podemos inferir ainda que instituições que oferecem cursos e formações em Música, como essas que compõem o nosso estudo, algumas sequer possuem acervos em Braille. Das quatro instituições, apenas uma possui partituras em Braille, que é o Instituto Hélio Goes. No caso da UFC, há a presença de material que é

produzido e utilizado pelo Grupo de Pesquisa em Educação Musical Inclusiva, não fazendo parte do acervo da biblioteca.

Segundo a bibliotecária da UFC, em entrevista concedida por e-mail, existe pouca procura do público para esse acervo, pois não se constitui como obras acadêmicas, aportam conteúdo de âmbito mais geral. Ponto importante ressaltado pela entrevistada é o fato de que os usuários que consultam essa parte do acervo justificam que o objetivo é principalmente não perder a prática da leitura em Braille, já que com o desenvolvimento das tecnologias, há outras formas de acesso à informação.

Com relação ao Grupo de Pesquisa em Educação Musical Inclusiva da UFC, este se constitui em ação de grande importância para os alunos com deficiência visual do curso de Música, inclusive com a produção de materiais, principalmente partituras. Em entrevista com a monitora do projeto, a mesma destaca as dificuldades existentes em relação a essa questão, por exemplo, a quantidade pequena de pessoas que fazem esse trabalho, constituída por monitores e alunos voluntários. Além disso, não há a presença de um professor que entenda de Musicografia Braille. Esses fatores dificultam, inclusive, a catalogação e organização do acervo existente.

Quadro 8 – Cursos de Música x alunos com DV

INSTITUIÇÕES E BIBLIOTECAS	Curso de Música	ALUNOS COM DV
Instituto dos Cegos - Helio Goes/Biblioteca Braille Josélia Almeidas	SIM	SIM
Conservatório de Música Alberto Nepomuceno	SIM	SIM
UECE	SIM	SIM
UFC	SIM	SIM
UFC-Grupo de Pesquisa em Educação Musical Inclusiva	SIM	SIM

Fonte: dados produzidos para a pesquisa.

As quatro instituições que compõem o universo desta pesquisa possuem estudantes com deficiência visual em seus cursos. São dois alunos da UFC, que fazem parte do Grupo de Pesquisa em Educação Musical Inclusiva; uma aluna do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, e o universo de alunos do Instituto dos Cegos Hélio Goes, além de um aluno na UECE.

O quadro 8 nos dá um demonstrativo de que existem usuários reais e potenciais para as partituras em Braille. Fazendo uma relação com o quadro anterior, podemos prever melhorias em todas as instituições em relação a esse tipo de acervo e sua respectiva existência para melhor atender aos usuários com deficiência visual. Logicamente, não descartamos aqui a necessidade de formação e contratação de professores especialistas nesse tipo de produção, o que seria um custo necessário para equidade no atendimento igualitário dos alunos.

7.1 Aspectos relacionados à mediação da informação na visão dos estudantes

Na coleta de dados para a pesquisa empírica, realizamos entrevista semiestruturada com os dois alunos matriculados no curso de Música da Universidade Federal do Ceará, pois eles próprios afirmaram serem os únicos matriculados no momento. Entendemos que, por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, cujo público é reconhecidamente pequeno, consideramos satisfatória a participação dos dois respondentes. Os estudantes universitários entrevistados serão nominados, de modo fictício, de João e Lucas.

No quadro a seguir, apresentamos a caracterização dos entrevistados:

Quadro 9 – Caracterização dos estudantes entrevistados

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	JOÃO	LUCAS
Idade	22	25
Ocupação	Estudante	Estudante
Gênero	Masculino	Masculino
Escolarização	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Incompleto
Curso de Música que frequenta	Licenciatura em Música UFC	Licenciatura em Música UFC
Instrumento(s) que toca	Sanfona, teclado, voz e flauta	teclado

Fonte: elaborado pela autora.

Mesmo diante das dificuldades oriundas do distanciamento social, ocasionadas pela pandemia, as entrevistas foram realizadas de forma presencial na casa dos entrevistados.

As questões foram elaboradas com base no Modelo de Wilson (1999), apresentado no capítulo 4. No quadro seguinte, apresentamos as questões que foram aplicadas por ocasião da entrevista. Salientamos que as perguntas foram elaboradas, portanto, com o intuito de contemplar o objetivo específico proposto na pesquisa, quer seja: «averiguar de que modo ocorre a mediação da informação no ensino/aprendizagem, na adaptação de materiais para se chegar à leitura de partituras pelos usuários; isso também no contexto da atuação das bibliotecas com relação à acessibilidade informacional de pessoas cegas.»

Quadro 10 – Questões da entrevista semiestruturada

QUESTÕES - CONTEXTO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO
1. Em quais contextos você necessita da informação musical?
2. De que modo a informação musical chega até você?
3. Onde você costuma buscar a informação musical que necessita?
4. Em quais tipos de suporte você acessa informação musical?
5. Você sente dificuldades em localizar informação musical de forma acessível?
6. Como você procura satisfazer suas necessidades informacionais no âmbito da música?
7. Você considera que as bibliotecas atendem suas necessidades de informação musical de modo satisfatório?
8. Você considera que as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual são atendidas pelas instituições de ensino?
9. De que forma você prefere acessar informação musical (partituras em Braille, audição, outros)?
10. Com relação às partituras em Braille, você considera que elas são importantes para os músicos com deficiência visual?
11. Onde você costuma acessar partituras em Braille?
12. Como ocorre o compartilhamento da partitura em Braille (institucional, amigos, professores, internet, outros)?
13. Quais dificuldades você apontaria com relação à acessibilidade da informação musical (Enumere de 1 a 5 em ordem de prioridade)?
a. () Psicológica (atitudes, comportamento, comunicação, etc.)
b. () Demográfica (localização e acessibilidade das bibliotecas, etc.)
c. () Interpessoal (relações com professores, colegas, profissionais, etc.)
d. () Ambiental (condições favoráveis ou não para estudo, pesquisa, etc.)
e. () Características da fonte (impressa, em Braille, internet, áudio, etc.)

Fonte: Elaborado pela autora

Com o objetivo de saber sobre os contextos em que necessitam da informação musical, obtivemos as seguintes respostas:

João

Por informação musical você quer dizer qualquer coisa relacionada à música mesmo, né. Acredito que nós, músicos, pelo menos, senão todo ser humano, mas pelo menos nós músicos temos isso em todo momento da vida. Porque a partir do momento que você assume uma coisa dessas como seu objeto de estudo e de trabalho, então você tem contato com isso 24 horas quase, né.

Então por estar em contato com isso a todo momento fica difícil precisar em quais contextos especificamente.

Lucas

Em casa aqui eu escuto muita música, né, nos estudos também, meu contato com a música foi quando eu tinha um ano de idade que eu ganhei um tecladinho a pilha, presente de aniversário, aí quando foi no ano de 2005 eu comecei a tocar as primeiras notas, da Asa Branca, né, que é um hino aqui do Nordeste e aí meus pais viram e me botaram na aula de música, fiz aula de música particular e depois na escola pública que eu estudava e aí foi assim.

João destaca com muita propriedade que todo ser humano precisa da música em todos os contextos da vida. Os músicos, em particular, pelo seu fazer técnico profissional, precisando aprimorar constantemente as habilidades, por isso sente a dificuldade de escolher alguns contextos, senão todos, e ainda cita, como um modo, a necessidade presente em 24 horas por dia.

Já para o Lucas, a indagação lhe remeteu para o período da primeira infância. Fato curioso, pois foi em casa seu primeiro contexto de aproximação com a música e, ainda com apenas um ano de idade, ao ganhar seu primeiro instrumento. Isto é tão marcante para ele que se lembra inclusive do ano quando tocou as primeiras notas de Asa Branca. O segundo contexto que ele cita são os estudos, ou seja, o aprimoramento por meio da aprendizagem, como vemos no modelo de Wilson. No mecanismo de ativação da teoria da aprendizagem, podemos inferir que, por meio dos estudos, foi ativado mais ainda seu contato com a música, fator esse que se torna preponderante para ele e a sociedade, partindo do princípio da construção também de uma identidade musical nordestina. Neste caso, Lucas se refere à canção Asa Branca, como representante da região Nordeste com uma afetividade no falar, simbolizando o resultado de esforço coletivo e da mediação dos pais, dos professores, em particular, das escolas por onde passou.

Com o objetivo de saber de que modo a informação musical chega até a pessoa com deficiência visual, obtivemos as seguintes respostas:

João

Audição, a escuta musical e a leitura, que no meu caso é feita sempre pelo tato.

Lucas

Pela audição.

Observamos que a audição é citada por ambos. No entanto, João cita também a leitura como forma de obtenção da informação musical. Isto indica uma preferência pela audição, tendo em vista que percebemos ser ela citada em primeira instância nas duas respostas e, sem demora, a parte cognitiva deles responde com rapidez a esta preferência. Isto não passa despercebido sendo uma característica marcante da pessoa com deficiência visual, a orientação através da audição.

Com a informação musical também ocorre a predileção pela audição. Ao contrário do que pensávamos, a leitura da partitura vem em segundo plano, quando comparada ao papel da audição na vida dos músicos com deficiência visual.

Com o objetivo de saber onde a pessoa com deficiência visual costuma buscar a informação musical que necessita, obtivemos as seguintes respostas:

João

Bom, hoje em dia acredito que como boa parte do nosso acervo musical existe na internet, tem sido meu primeiro lugar de pesquisa, e ademais, acho que, quando posso ter acesso a isso nos livros que tratam de música etc.

Lucas

Aqui em casa, na faculdade.

Observamos duas respostas bem diferentes com relação às ambiências nas quais os entrevistados buscam e obtêm a informação musical. João cita que boa parte do acervo musical se encontra na internet. Essa é uma forte tendência do comportamento informacional dos usuários com DV na atualidade. Analisamos essa resposta de duas formas. A primeira é o fato de que o universo tecnológico apresenta uma quantidade disponível de conteúdos informacionais e, no caso das pessoas cegas, há o uso da audição nesse processo, bem como a existência de programas que permitem essa interface e projetos virtuais voltados para esse

público, como já discorremos nos capítulos anteriores. A segunda se deve ao fato de que os acervos de musicografia em Braille presentes nas bibliotecas onde há formação em Música são limitados ou desatualizados, como vimos nos dados referentes às instituições estudadas.

Para o Lucas, a resposta não se mostra diferente. Ao citar a casa e a faculdade, apesar da referência ao espaço físico, esse acesso se dá também por meio da internet, propiciada por esses lugares de conexão.

Então consideramos, também pelo decorrer das perguntas, que a busca na internet se torna frequente entre eles, inclusive pelo acesso ser dado com facilidade, estar disponível, na maioria das vezes, de modo fácil, sendo uma das formas de se eliminar as barreiras arquitetônicas, por exemplo, que causam muito estresse, um mecanismo de ativação citado no **modelo de Wilson 1996** por meio da teoria do *stress/coping*.

Com o objetivo de saber em quais tipos de suporte a informação musical é acessada pela pessoa com DV, obtivemos as seguintes respostas:

João

Impresso, sim, mas em menor grau, mas sobretudo em digital.

Lucas

Pen drive, tenho um materialzinho de solfejo, por hora estou acessando mais pelo computador, de vez em quando eu salvo umas músicas para meu pai no pen drive e vai aprimorando mais o contato musical.

Esta resposta reforça a questão anterior. Em relação aos tipos de suporte e fontes de informação musical, são citados o impresso e o digital. Neste caso, observamos que o meio digital se sobrepõe ao impresso, fato também curioso, pois se a partitura em Braille é impressa, mais uma vez ela aparece em segundo plano, apesar de ser demonstrada toda sua importância. Entretanto, para esses dois usuários da informação, ela não aparece em primeiro lugar nas respostas, talvez pela dificuldade de acesso às mesmas e a facilidade oriunda do universo digital. Nesse sentido, observamos a importância de todas as mídias para a acessibilidade, especialmente aquelas disponíveis na internet. O pen drive ainda é muito utilizado por eles pela fácil portabilidade e acessibilidade, e o computador é imprescindível.

Com o objetivo de saber se a pessoa com DV sente dificuldades em localizar informação musical de forma acessível, obtivemos as seguintes respostas:

João

Eh...eu acredito que hoje em dia, não mais quanto alguns anos atrás, com o desenvolvimento das tecnologias assistivas, isso tem diminuído muito, mas é claro que, mais uma vez, como eu sou estudante de música, algumas informações que a gente necessita no percurso da caminhada acadêmica, né, fica um pouco mais complicadas porque originalmente é muito visual, os textos de partitura são muito visuais, as notações que nós temos de fazer são difíceis, são complicadas, e todas elas dependem do Braille e o Braille naturalmente é muito custoso, demanda muita mão de obra pra ser produzido, então é mais difícil de acessar

Lucas

Sim.

Em relação às dificuldades para acessar a informação musical, João esclarece que hoje não há tantas quanto no passado. Ele cita a importância das tecnologias assistivas, porém fala da partitura em Braille como sendo também essencial para algumas informações musicais. Para ele, como estudante de Música, especialmente, pois declara que nessa área o registro é muito visual. João destaca ainda como é alto o custo da produção de material em Braille, devido ao tempo e à necessidade de mão de obra, e isso se torna uma dificuldade, sendo um ponto considerado como um mecanismo de ativação de estresse uma barreira física, porém atitudinal, pois como ele falou, “demanda muita mão de obra pra ser produzido, então é mais difícil de acessar”. Lucas também, apesar de mais conciso, é taxativo em sua resposta com relação às dificuldades de acesso à informação musical.

Com o objetivo de saber como a pessoa com DV procura satisfazer suas necessidades informacionais no âmbito da música, obtivemos as seguintes respostas:

João

Bom, pelo fato de algumas informações acessíveis serem mais complicadas eh..., eu procuro suprir, sobretudo, o que for possível de se aferir pelo áudio, pela audição, eh... eu tento. Uma outra forma é o famoso “olho amigo”, como diz na nossa gíria, a ajuda de pessoas que enxergam pra tentar contornar.

Lucas

Tenho ajuda, quando não, eu escuto só. Minha mãe me ajuda muito.

Quanto à satisfação das necessidades informacionais no âmbito da música, João inicia sua resposta destacando o fato de que algumas informações acessíveis são mais complicadas de obter. Seriam elas as partituras em Braille? Assim, ele procura suprir essa dificuldade pelo áudio e pela mediação do “olho amigo”, ou seja, alguém que enxerga, traduz para ele, e como ele mesmo diz, “tenta contornar”. Porém, esse “tentar contornar” nem sempre é suficiente para a profissionalização do músico com DV.

Como observamos, a realidade é bem diferente, tendo em vista a dificuldade de se construir esse tipo de material, mesmo que ele já exista disponível na internet; como vimos, há todo um processo para ser elaborado até ser impresso.

No caso de Lucas, o “olho amigo” mediador é a sua mãe. Ele reconhece a importância da presença de um vidente diante das dificuldades encontradas para o acesso à informação musical.

Isto revela como é difícil para esses usuários satisfazerem suas necessidades informacionais, pois no uso da informação, **conforme o modelo de Wilson**, pode haver satisfação e insatisfação. Percebemos que pode ocorrer uma satisfação ponderada nos dois casos, pois existe uma dependência de outra pessoa para que a necessidade de informação no âmbito da música seja satisfeita.

Com o objetivo de saber se a pessoa com DV considera que as bibliotecas atendem às suas necessidades de informação musical de modo satisfatório, obtivemos as seguintes respostas:

João

Não, aqui sobretudo no Ceará, nosso acervo é minúsculo.

Lucas

Sim.

As respostas apresentadas pelos dois entrevistados são contraditórias. Infelizmente, segundo João, as bibliotecas não atendem às suas necessidades de informação, ainda assim ele faz a ressalva “sobretudo aqui no Ceará”. Pode-se

afirmar que em outros estados do Brasil, a situação de suas instituições e bibliotecas pode ser diferente. Por exemplo, citamos o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Natal, que possui o Repositório de Informação Acessível (RIA/UFRN). No Ceará, como ele destaca, existe um acervo, porém é minúsculo. Em alguns momentos da entrevista, João cita a biblioteca do Instituto Helio Goes, a qual não podemos visitar devido à pandemia de COVID-19.

Diferente de João, Lucas afirma que sim, que as bibliotecas atendem suas necessidades de informação musical de modo satisfatório, porém sua resposta não nos permite compreender de que forma isso ocorre. Talvez em uma análise mais aprofundada se descobrisse o porquê dessa diferença nas respostas. Porém, não indagamos ao Lucas qual tipo de acervo ele procura nas bibliotecas, seriam acervos em áudio, por isso o sim como resposta? Ou, como ele utiliza muito a internet, e nas bibliotecas normalmente tem esse serviço, então estaria aí a satisfação? Caberiam mais perguntas para saber o motivo da diferença nas respostas, tendo em vista que os dois estudam na mesma instituição, conseqüentemente, com o mesmo curso presencial e no mesmo Estado.

Com o objetivo de saber se eles consideram que as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual são atendidas pelas instituições de ensino, obtivemos as seguintes respostas:

João

Também não, isso é muito recente no Brasil, está longe ainda de ser ideal.

Lucas

Não, não porque eu tive no sexto ano uma experiência numa escola pública municipal, que era perto lá de casa na Barra do Cauípe, só que não tinha os materiais adequados pra mim, o professor não era capacitado, aí não deu certo eu acompanhar lá por causa disso.

Em relação às necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual, se são atendidas pelas instituições de ensino, os dois são unânimes na resposta negativa. João declara que esta questão da acessibilidade ainda é muito recente, especialmente no Brasil. Lembramos aqui o Ano Internacional das Pessoas (Deficientes) ainda assim chamadas, que ocorreu no Brasil em 1981, coincidentemente no mesmo ano de um dos modelos propostos por Wilson.

Se pararmos para refletir, de lá para cá, são apenas 39 anos. Apesar de já existirem, desde o século XIX, instituições voltadas para cegos e surdos. Conforme a história do lema “Nada sobre nós, sem nós”, também de 1981, o movimento em torno das políticas voltadas para a questão da acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência deveria ter a força que ele tem quando o lemos ou o ouvimos, especialmente na forma como ele surgiu, no entanto, tem ocorrido de modo diferente. Ainda é muito lento o processo de se criar uma cultura política voltada para a acessibilidade e inclusão no Brasil.

É agindo como protagonistas nesse contexto informacional que ocorrerão as trocas tão necessárias para que a luta por inclusão não seja mais necessária, e sim uma conquista e um direito que ocorram naturalmente.

Lucas, em sua reflexão, lembra que se sentiu excluído no ensino fundamental por inexistência de materiais acessíveis, bem como a ausência de professores com domínios e expertises voltados para o ensino de pessoas com deficiência, no caso dele, DV.

Com o objetivo de saber de que forma a pessoa com DV prefere acessar informação musical (partituras em Braille, audição, outros), obtivemos as seguintes respostas:

João

Pela audição sim, tanto por ser o modo mais prazeroso, como também por ser o modo mais comum.

Lucas

Pela audição, eu acho ruim ler partitura.

Quanto à forma que as pessoas com DV preferem acessar a informação musical, os dois afirmaram ser pela audição. João caracterizou como mais prazeroso e como sendo o modo mais comum. A partitura em Braille, portanto, apesar de necessária, não é lembrada em primeiro lugar na mente dos músicos com DV. Já o Lucas é um pouco mais categórico e diz ser ruim ler partitura.

Com o objetivo de saber se as partituras em Braille são consideradas importantes para os músicos com deficiência visual, obtivemos as seguintes respostas:

João

Com certeza, porque eu falei do olho amigo pra você e também sobre as coisas que são possíveis de aferir pela audição, isso tudo é muito relativo porque você sempre fica refém de outras pessoas, quando você escuta uma peça, por exemplo, e tenta pegar ela de ouvido, você fica refém da interpretação de outra pessoa e quando você recebe uma ajuda, por melhor que seja a intenção de quem ajuda, a pessoa também é humana e passível de falhas e quando você tem o contato com a partitura diretamente você elimina esses intermédios aí. Então você tem a oportunidade de ser mais fiel aquilo que o compositor pensou.

Lucas

Eh eu acho que as partituras não tem tanta necessidade assim não, porque tipo houve no ano passado, muito esse debate lá na faculdade que a pessoa que não lê partitura não é músico, só é músico se lê a partitura e eu não concordo com isso aí não. Porque a gente pode fazer música também através da audição. Por isso eu não acho tão importante, não, esse negócio de partitura. Música dá pra se fazer de ouvido também.

Em relação à importância da partitura em Braille para os músicos com DV, podemos fazer um contraponto entre as duas respostas. João esclarece que, mesmo com o olho amigo, ainda existe a necessidade da partitura, de certo modo, pois do contrário ele fica refém do “olho amigo”, isto no sentido da interpretação que a pessoa irá fazer da música.

Vemos aqui, apesar de a partitura em Braille ser difícil e não ser lembrada em primeiro lugar, ela tem sua importância. Dada a originalidade da obra, a interpretação precisa ser do músico, e quando ela passa por mais de uma pessoa, chega-se a algum resultado, mas por um segundo olhar.

No caso do Lucas, ele não considera a necessidade do uso da partitura e acrescenta uma informação recente e polêmica oriunda de um debate na universidade sobre a pessoa que não lê partitura não ser considerada músico. Sobre isso cabe uma reflexão: o que dizer das pessoas que tocam instrumentos musicais há anos, ou mesmo décadas, independentemente de ser cego ou não, mas não conhecem partituras? De acordo com Lacorte (2016, p.25):

Quando nos damos conta do imenso material de estudos, teorias, tratados que discutem valores humanos e os valores musicais, constatamos que mesmo tendo avançado consideravelmente no entendimento das questões que envolvem essa relação, ainda falta muito para esgotar o assunto. No que se refere ao ensino-aprendizagem – abrangendo a música e o instrumento musical -, percebemos que a maior parte dos trabalhos a respeito do fazer musical é estudado e refletido do ponto de vista das técnicas, das metodologias, das posições dogmáticas e científicas. Isso se

evidencia na vastidão de materiais especializados em torno dos princípios que regem o som musical e sua lógica de utilização.

Cabe aos próprios músicos com deficiência visual se apropriarem ou não dessa difícil fonte de informação que é partitura em Braille. Ela exige muito do músico enquanto técnica. Trata-se de uma breve reflexão que abre novos olhares para o conhecimento existente e os estudos acerca dessa temática.

Podemos considerar que é um contexto de busca que se insere no modelo de Wilson de 1996, em que ela pode se dar mediante atenção passiva, busca passiva, busca ativa e busca continuada. Considerando serem ações crescentes respectivamente, acreditamos que, em relação à partitura em Braille e sua importância para João, ela é um pouco mais importante e classificamos nesse momento como uma busca ativa que pode partir, em algum momento, para a busca continuada.

Já para Lucas, percebemos pouco interesse na partitura em Braille e isso pode ser posteriormente investigado. Aliás, algumas respostas já evidenciam que é mais prazerosa a aprendizagem da música pela audição, talvez pelas dificuldades identificadas pelos entrevistados em relação à produção e à leitura das partituras.

Com o objetivo de saber onde eles costumam acessar partituras em Braille, obtivemos as seguintes respostas:

João

Bom, as partituras que eu tenho, que eu possuo ou que eu já acessei na vida, são principalmente as que eu mesmo faço e, apesar de ser pequeno o acervo, mas a biblioteca do Instituto Hélio Goes ela tem alguma coisa né, inclusive, mas é muito pequeno, alguma coisa lá eu vejo também e também o professor Jônatas Sousa da Rede Municipal ele trabalha com transcrição, alguma coisa que eu posso puxar dele também puxo.

Lucas

Eu tenho, mas só que foi ali na Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

Quanto ao local onde eles costumam acessar as partituras em Braille, percebemos o caráter individual nas formas de acesso do João quando ele próprio produz o seu pequeno acervo e busca o auxílio de um professor da Rede Municipal de Ensino, que trabalha com transcrição. Referido professor mantém um site

importante para o atendimento às pessoas com deficiência visual: <http://www.musicaempontos.com.br/>. João cita também a biblioteca do Instituto Hélio Goes e afirma que, apesar de o acervo ser pequeno, pode ser considerado uma referência e ambiência de acesso a esse tipo de material.

Lucas destaca a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. Essa secretaria tem papel importante para os estudantes com deficiência da UFC, pois possibilita a produção e o acesso à material, especialmente aqueles necessários nas disciplinas dos cursos e formação dos estudantes.

Na biblioteca Braille Joselia Almeida, do Instituto Hélio Goes, seu acervo provém de outra instituição referência na área, que é a Fundação Dorina Nowil para Cegos, o que comprova a importância das instituições como mantenedoras de um sistema de informação específico na tipologia Braille.

Podemos considerar, conforme o modelo de Wilson de 1981, que o sucesso acontece nessa forma de distribuição de informação por meio das instituições. Citamos, no Brasil, a Dorinateca, que produz livros em Braille, falados e digitais acessíveis e os distribui gratuitamente para pessoas com deficiência visual, escolas, associações, bibliotecas e organizações que atendem pessoas com DV em todo o País (FUNDAÇÃO DORINA NOWIL PARA CEGOS online). Quão importantes são essas ações para possibilitar o compartilhamento das informações, entre elas a musical, para pessoas com deficiência visual.

Com o objetivo de saber como ocorre o compartilhamento de partituras em Braille, obtivemos as seguintes respostas:

João

A maioria das coisas que eu vivencio são por meio de amigos mesmo, apesar de como eu falei do institucional, mas a maioria é por meio de amigos mesmo. Ah e um outro acervo que esqueci de mencionar, eu também uso pouquíssimo, mas tem o Portal Musibraille, da UFRJ, tem algumas informações lá, o próprio professor Jônatas tem o site musicaempontos que também tem algumas partituras mas também como eu disse eu uso pouco porque minhas áreas de interesse não são bem atendidas nesses dois acervos. É por conta do estudo, na verdade o conteúdo programático do curso digamos assim mais “pesado” no caso a gente acaba tendo que lidar com coisas mais complexas e não tem lá e as que estão disponíveis na internet são de peças “clássicas” no sentido de conhecidas. ‘Cê tem lá melodias de choro, por exemplo, do Pixinguinha, algumas coisas assim, entendeu? Partitura de Música popular mais conhecida, brasileira e é tipo eu preciso às vezes de um livro de harmonia, de contraponto, não vai ter em lugar nenhum sabe.

Lucas

Por meio da instituição, eu empresto às vezes.

Sobre como ocorre o compartilhamento das partituras em Braille, percebemos que os amigos, para o João, são uma importante forma de acesso, mesmo com destaque do próprio respondente para instituições, pessoas e sites disponíveis na internet. Nesse caso, ele cita o Portal Musibraille (do qual tratamos anteriormente nessa pesquisa) e o site musicaempontos, desenvolvido e mantido por um professor. Entretanto, essas fontes de informação não o satisfazem plenamente, pois, devido aos estudos existem materiais ainda não presentes nesses locais, a exemplo de um livro de harmonia, de contraponto citado por ele. Já o Lucas destaca o compartilhamento institucional e o empréstimo pessoal. Uma característica marcante, portanto, é a troca da partitura em Braille entre amigos. Então o ciclo do modelo de Wilson se completa, pois após a troca de informações com outras pessoas vêm a transferência e uso da informação e tudo recomeça com a satisfação ou insatisfação do usuário da informação diante da necessidade desta.

Com o objetivo de saber quais dificuldades eles apontariam com relação à acessibilidade da informação musical (numa escala de 1 a 5 em ordem de prioridade), temos as seguintes opções enumeradas:

João

- (3) *Psicológica (atitudes, comportamento, comunicação, etc.)*
- (4) *Demográfica (localização e acessibilidade das bibliotecas, etc.)*
- (1) *Interpessoal (relações com professores, colegas, profissionais, etc.)*
- (5) *Ambiental (condições favoráveis ou não para estudo, pesquisa, etc.)*
- (2) *Características da fonte (impressa, em Braille, internet, áudio, etc.)*

Lucas

- (1) *Psicológica (atitudes, comportamento, comunicação, etc.)*
- (2) *Demográfica (localização e acessibilidade das bibliotecas, etc.)*
- (5) *Interpessoal (relações com professores, colegas, profissionais, etc.)*
- (4) *Ambiental (condições favoráveis ou não para estudo, pesquisa, etc.)*
- (3) *Características da fonte (impressa, em Braille, internet, áudio, etc.)*

No tocante à acessibilidade da informação musical e às dificuldades encontradas nesse sentido, foram apresentadas aos entrevistados cinco opções presentes no modelo de Wilson (1996), consideradas variáveis intervenientes e que

podem interferir no processo de acessibilidade informacional. São elas: psicológica, demográfica, interpessoal, ambiental e característica da fonte.

Cada um respondeu de forma diferente à ordem de prioridade, como podemos observar acima, não havendo nenhuma semelhança nas respostas apresentadas. Na condição de pesquisadora, acreditávamos que o interpessoal seria o mais citado como dificuldade, devido aos estudos sobre a barreira atitudinal. No entanto, percebemos que: o que pode ser difícil para uma pessoa para outra pode não ser. Lucas coloca o interpessoal, as relações com professores, colegas e profissionais como última dificuldade, ou seja, nível cinco da escala proposta. Já o João, considera as relações interpessoais como a maior barreira existente, apontando nível 1 para esse item.

Em relação à variável ambiental, os dois se aproximam no nível de dificuldade apresentada. João a coloca na posição cinco (menor problema enfrentado), e Lucas na posição quatro, também não sendo considerada por ele uma grande barreira. Isso pode implicar que as condições favoráveis ou não para estudo e pesquisa apresentam um nível menos problemático para eles enquanto estudantes.

Eles também se aproximam nas respostas relativas às características da fonte (impressa, em Braille, internet, áudio, etc.). Ficam nas posições dois e três, João e Lucas, respectivamente. Isto representa uma posição mediana de dificuldade apresentada em relação à fonte de informação, sejam elas em qual formato for. Isso não quer dizer inexistência de dificuldade, como apresentada durante os discursos dos dois entrevistados, no entanto, apenas não é o nível mais difícil para eles. Mesmo assim, a posição de João se apresenta ainda próximo do nível mais difícil que é o um.

Como podemos observar nas respostas dos dois entrevistados, a questão da acessibilidade no contexto da formação em Música pelas pessoas com deficiência visual ainda apresenta muitos desafios. Há dificuldades de várias naturezas, como acesso aos conteúdos informacionais, barreiras atitudinais e psicológicas, para citar algumas. Entretanto, há fatores que são destacados por eles como essenciais nesse processo de ensino-aprendizagem, a exemplo da mediação da informação, na maioria das vezes realizada a nível interpessoal, e a disponibilidade de conteúdos em formato auditivo, disponível na internet. É notório

nas respostas que o acesso às partituras em Braille ainda representa importante desafio para os músicos com deficiência visual.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, levamos em consideração vários fatores ligados à acessibilidade informacional para os estudantes com deficiência visual nos cursos de Música na cidade de Fortaleza - Ceará.

Podemos considerar que a pesquisa atingiu seus resultados, mesmo que dificultada pela pandemia de COVID-19 e as medidas que impuseram o fechamento físico das instituições e o distanciamento social.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa que foi analisar como acontece a acessibilidade informacional para os estudantes com deficiência visual em cursos de Música na cidade de Fortaleza - Ceará, mais especificamente em relação ao acesso e uso das partituras em Braille. Certificamos que foi alcançado tendo em vista que entrevistamos dois alunos universitários com DV que nos esclareceram sobre o contexto da necessidade de informação conforme perguntas feitas com base no modelo de comportamento informacional de Wilson. Podemos perceber que a acessibilidade informacional destes estudantes ocorre de várias formas, além daquela direcionada para partitura em Braille, mesmo considerando sua importância na fidedignidade à música, ainda mais por meio do Braille que é universal, assim como a partitura também o é.

Trazendo novamente os **objetivos específicos** delineamos ao lado de cada um se foram alcançados ou não:

a) mapear algumas instituições em Fortaleza - Ceará, que atendem pessoas com deficiência visual e que possuam acervos e partituras em *Braille*;

Consideramos que, na medida do possível, devido o contexto da pandemia de COVID-19 foram alcançados pois conseguimos mapear os respectivos acervos de quatro instituições a saber: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Instituto Hélio Goes e Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. A pesquisa realizou um mapeamento das instituições, as que possuem acervos em Braille na cidade de Fortaleza, e destacamos as instituições de ensino que possuem coleções de partituras em Braille. No que se refere aos alunos destas instituições, entendemos que a abrangência se caracterizou principalmente em duas: a Universidade Federal do Ceará e o Instituto Hélio Goes,

tendo em vista que ambos os estudantes entrevistados são alunos da UFC e um deles estudou no referido Instituto, sendo atualmente usuário de sua biblioteca.

b) identificar usuários reais e potenciais da partitura em Braille e estudar de que modo ocorre o comportamento informacional das pessoas com DV em relação à informação musical

Quanto à Identificação dos usuários reais e potenciais da partitura em *Braille* e de que modo ocorre o comportamento informacional das pessoas com DV em relação a informação musical, acreditamos que foi um ponto também alcançado pela pesquisa. Essa constatação se deu por meio da realização das entrevistas, pois, como podemos observar nas perguntas, elaboradas com base no modelo de Wilson de estudo de usos e usuários, houve uma amplitude em relação à coleta de dados. As respostas nos deram uma visão para além da partitura em Braille, que apesar de ter sido bem esclarecida teoricamente no referencial, houve mais possibilidades de entendimento do objeto da pesquisa, como por exemplo, a importância da audição para os músicos com DV.

c) Averiguar de que modo ocorre a mediação da informação no ensino-aprendizagem, na adaptação de materiais para se chegar à leitura de partituras pelos usuários; isso também no contexto da atuação das bibliotecas com relação à acessibilidade informacional de pessoas cegas.

Por meio da última questão podemos observar como o modelo de Wilson nos ajudou nessa fase da pesquisa e também o diferencial nas respostas que em alguns momentos se coincidiam, mas em outros se diferenciavam. Consideramos um ponto especial da pesquisa, pois reflete como a mediação da informação é importante, desde que o foco seja o usuário da informação. Os entrevistados, João e Lucas, fazendo o mesmo curso, possuem visões e necessidades informacionais diferenciadas. Isso podemos inferir em vários momentos da entrevista. Entretanto, ambos têm algo em comum: a importância da audição como ponto principal para a aprendizagem da música e a internet como fonte de informação de acesso à informação, muito mais do que as bibliotecas e o uso das partituras em Braille.

Consideramos, então, que esta pesquisa traz confirmações relevantes sobre a importância da partitura em Braille para o desenvolvimento musical das pessoas com DV, no entanto, acrescenta-se a questão do fator auditivo como um

ponto crucial na aquisição dos domínios musicais. Esta é uma questão que pode suscitar estudos futuros.

Sobre as instituições bibliotecárias, a pesquisa evidenciou a necessidade de maior presença delas na vida das pessoas com deficiência, no que tange à acessibilidade e na amplitude de fontes de informação, de atividades, produtos e serviços que possam garantir a inclusão desses estudantes e profissionais na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam Informática, 2008-2021, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/psicologia>. Acesso em: 5 fev. 2021.

A ONU e as pessoas com deficiência. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 2 maio 2020.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 7 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41582>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, p. 217-236, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41147>. Acesso em: 22 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, E. P. O; PAULA, C. P. A. Comportamento informacional: introdução de perspectivas simbólicas e afetivas em investigações sobre usuários de informação. **Prisma.com**, Porto, n. 34, p. 46-63, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71817>. Acesso em: 19 maio 2020.

BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. *In*: PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lidia Eugenia (org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p.15-33.

BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

BIBLIOTECA BRAILLE JOSÉLIA ALMEIDA. **Local** Disponível em: <http://www.sac.org.br/instituto/biblio.htm>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvea. **Do toque ao som**: o ensino da Musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva. 2010. 261 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/283935>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvea. **Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de Musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores.** 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284738>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa; CARRASCO, Claudiney Rodrigues. O papel da biblioteca como espaço de disseminação da musicografia Braille: uso de ferramentas tecnológicas na produção de partituras para cegos. **Revista ACB**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 18-25, mar. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/564>. Acesso em: 25 maio 2020

BRAGA, F. A. L.; COSTA, M. F. O.; NUNES, J. V. Contribuições dos estudos de usuário para a mediação da informação: um olhar sobre os modelos teóricos de Dervin, Savolainen e Wilson. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, p. 287-313, 2018. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **Novo manual internacional de Musicografia Braille.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/musicabraile.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. **Curso formação de mediadores de leitura.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

CAVALCANTI, H. C.; CARVALHO, M. A. A informação na música impressa: elementos para análise documental e representação de conteúdos. **RDBCI: revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 132-151, 25 fev. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v8i2.1937>. Acesso em: 28 jun 2020.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Biblioteca pública governador Menezes Pimentel. **Setor Braille.** Fortaleza: SECULT, Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/setores-e-servicos/>. Acesso em: 14 maio 2020.

DANTAS, Gabriella Lima. Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA): experiência de cooperação entre Instituições de Ensino Superior para fomentar a oferta de material informacional acessível para pessoas com deficiência visual. *In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD*, 7., 2018, Madrid; Murcia. Anais eletrônicos [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Murcia, Universidade de Brasília, 2018. p.1-9. Disponível em: <http://seminariohispano->

brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/516. Acesso em: 19 abr. 2020

DEFENDI, Edson Luiz. **Tecnologias assistivas e empregabilidade da pessoa com deficiência visual**. São Paulo: Fundação Dorina Nowil para Cegos, 2017. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/tecnologias-assistivas-e-empregabilidade-da-pessoa-com-deficiencia-visual/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DORINATECA. São Paulo: Fundação Dorina Nowil para Cegos, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/nossa-atuacao/distribuicao-de-livros/como-ter-acesso-aos-livros/dorinateca/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FERNANDES, Joana D'Arc Páscoa Bezerra. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FEUERSTEIN, Reuven; FEUERSTEIN, Refael; FALIK, Louis H. **Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **Deficiência visual**. São Paulo: Fundação Dorina Nowil para Cegos, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GERHARDT, Tatiana Enge; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva; MORO, Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Partituras em Braille nas Bibliotecas Públicas Estaduais do Brasil: acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 795-808. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1286/1287>. Acesso em: 25 maio 2020

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 01 jun 2020.

HISTÓRIA do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Documentário. Brasil: [2013?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxscYK9Xr4M>. Acesso em: 3 maio 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde - 2013 - ciclos de vida**: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE,

2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Bibliotecas para cegos na era da informação**: diretrizes de desenvolvimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

INTERSUBJETIVIDADE. *In*: RIBEIRO, Débora. **Dicio, Dicionário Online de Português**. Porto: 7graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/intersubjetividade/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

LACORTE, Marisa. Crer e ser significam: crescer. *In*: LOURO, Viviane. **Música e inclusão**: múltiplos olhares. São Paulo: Editora SOM, 2016. p. 21-30

MARINHO, M.; CAVALCANTE, L. E; BENTES PINTO, V. Musicografia Braille e Ciência da informação: uma revisão integrativa. ENANCIB, Brasil, out. 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1172>. Acesso em: 9 abr. 2020.

MARINHO, Michele Maia Mendonça. **Musicografia Braille como instrumento de inclusão**: a biblioteca universitária construindo um acervo acessível, 2017. Monografia (Especialização em Educação inclusiva) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M. S.; ODDONE, N. E. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, 2007. DOI: 10.18225/ci.inf..v36i2.1182 Acesso em: 3 fev. 2021.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, June 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 jul. 2020.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Por uma *epistème* mediacional na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. v. 1, p. 1-20. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/173/1192>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Elinalva. **Aconteceu em Paris**. Fortaleza: Premium Editora, 2014.

OLIVEIRA, Leonardo Augusto Cardoso de; REILY, Lucia Helena. Relatos de músicos cegos: subsídios para o ensino de música para alunos com deficiência visual. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 405-420, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2020.

OLIVEIRA, Regina. **Braille nos dias de hoje**: objeto de vitrine ou ferramenta indispensável? São Paulo: Fundação Dorina, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/braille-nos-dias-de-hoje-objeto-de-vitrine-ou-ferramenta-indispensavel/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

OLIVEIRA, Regina. **Braille**: um sistema em constante evolução. São Paulo: Fundação Dorina Nowil, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/braille-um-sistema-em-constante-evolucao/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

OLIVEIRA, Regina. **Dia Mundial do Braille**: 200 anos de alfabetização e independência. São Paulo: Fundação Dorina Nowil, 2018. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/dia-mundial-braille/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014. Disponível em: http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. V. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 3, p. 15-33, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/134756>. Acesso em: 19 maio 2020.

PINTO; Soraya Eli Lyra. Apresentação. *In*: SANTOS, Geandra Cláudia Silva; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro; SAMPAIO, Rosa Maria Goes; PINTO; Soraya Eli Lyra (org.). **Inclusão**: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: Ed UECE, 2015. p. 125-143.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves; SANTANA, José Rogério. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2011.

PROJETO da UNB adapta partituras para Braille. Brasília, DF: UNB, UNBNotícias, 2020. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/67-ensino/3913-projeto-da-unb-adapta-partituras-para-braille>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PSICOLOGIA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.]: Priberam Informática, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/psicologia>. Acesso em: 5 fev. 2021.

REIS, Bianca Lorrani dos; SOUZA, Mayara Campos. **Diretrizes da IFLA em bibliotecas para deficientes visuais**. 2015. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/11206>. Acesso em: 20 maio 2020.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Angel; GARCÍA-CERVANTES, Alejandro. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo. Un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, abr. 2012. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p30>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RODRIGUES, Maria Clarissa Maciel; MAMEDE, Inês Cristina de Melo. Seis pontos para alfabetização: especificidades da escrita de crianças cegas por meio do sistema Braille. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC**: tessituras possíveis. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SAMPAIO, Rosa Maria Goes. Deficiência visual sob a ótica da inclusão. *In*: SANTOS, Geandra Cláudia Silva; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro; SAMPAIO, Rosa Maria Goes; PINTO, Soraya Eli Lyra (org.). **Inclusão**: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: Ed UECE, 2015. p.125-143.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n2.29249 Acesso em: 26 maio 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 10, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 26 maio 2020.

SILVA, Ítalo Soares da. Encontro sobre música e inclusão da UFRN: gênese, trajetória e discussões. *In*: ENCONTRO SOBRE MÚSICA E INCLUSÃO: "Políticas públicas e pessoas com deficiência: práticas inclusivas e perspectivas de ação, 7., 2019. **Anais [...]**. Natal, EDUFRN, 2019. p.54-74.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID**: revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 6 n. 1, p. 93-108, 2015. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108 Acesso em: 26 maio 2020.

SILVA, Jonatas Sousa e. O núcleo de Musicografia Braille da Universidade Federal do Ceará: acessibilidade no espaço acadêmico. *In*: ENCONTRO SOBRE ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, 1., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, EDUFRN, 2013. p.19-21.

SOUSA, Clemilda dos Santos; SOARES, Francisco Jonatan; BEZERRA, Neiliane Alves et al. Desenvolvimento de coleções para pessoas com deficiência visual no Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Ceará. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado/RS. **Anais...** Gramado: UFRGS, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7239>. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUSA, Clemilda dos Santos. **Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16434>. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUSA, Clemilda dos Santos; RABELO, Jeriane da Silva. Biblioteca inclusiva: construindo pontes entre o visível e o invisível. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente. **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**, 2014. p. 39-58.

SOUZA, Rafael Moreira Vanazzi de. **Música para pessoas com deficiência visual: desenvolvendo a memória musical**. *In*: Encontro Regional ABEM Nordeste, 9, 2010, Natal. Texto... Natal: ABEM, 2010. p. 1-6. Disponível em: http://musicografia.weebly.com/uploads/1/1/2/4/11245254/musica_para_pessoas_com_deficiencia_visual.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, Rafael Moreira Vanazzi de. **Particularidades da Musicografia Braille para o auxílio de novas metodologias de ensino**. 2014. 171 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285231>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SUHR, Dörte. Noten fur Blinde: neue Aufgaben fur Blinden-und Musikbibliotheken. Music for the blind: new responsibilities for libraries for the blind and music libraries. **Bibliothek Forschung und Praxis**, Muenchen, v. 18, n. 1, p. 49-67, 0 1994.

TABOSA, H. R. **Modelo integrativo sobre o comportamento do usuário na busca e uso de informação**: aplicação na área da saúde. 2016. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8310>. Acesso em: 12 nov. 2020.

TIMBÓ, Raimunda Cid. Prática da pesquisa: contribuições para uma reflexão no contexto inclusivo. *In*: SANTOS, Geandra Cláudia Silva; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro; SAMPAIO, Rosa Maria Goes; PINTO; Soraya Eli Lyra (org.). **Inclusão: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção**. Fortaleza: Ed UECE, 2015. p. 291-307.

TOMÉ, Dolores. **A infocomunicação em harmonia com a Musicografia Braille: proposta de plataforma digital inclusiva**. 2016. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/eventos/doutorado/tese_doutorado_dolores_tome.pdf Acesso em: 25 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. **Sobre Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui**. Fortaleza: UFC, 2020. Disponível

em: <https://acessibilidade.ufc.br/sobre-a-secretaria-de-acessibilidade-ufc-inclui/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Curso de Música da UECE:** Bacharelado. Fortaleza: UECE, 2020. Disponível em: <http://www.uece.br/musica/index.php/2018-05-10-17-23-03/bacharelado/2018-05-10-17-36-18>. Acesso em: 15 jun. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Curso de Música da UECE:** Licenciatura. Fortaleza: UECE, 2020. Disponível em: <http://www.uece.br/musica/index.php/2018-05-10-17-23-03/licenciatura/2018-05-10-17-27-35>. Acesso em: 15 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Sobre a biblioteca universitária.** Fortaleza: UFC, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/sobre-a-biblioteca-universitaria/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sistema de bibliotecas. **Biblioteca acessível.** Fortaleza: UFC, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/biblioteca-acessivel/>. Acesso em: 25 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Curso de Música:** reforma curricular, projeto pedagógico. Fortaleza: UFC, 2015. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/cursos-de-graduacao/musica-fortaleza/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação em múltiplas abordagens. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 138-170, out. 2014. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19998>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VOLPI, Angelo. **A origem da escrita:** parte 2. São Paulo: Instituto Information Management, 2010. Disponível em: <https://docmanagement.com.br/04/06/2010/a-origem-da-escrita-parte-2/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 3-15, 1981

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **The Journal of documentation**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **Acessibilidade Informacional para músicos com deficiência visual**. Este estudo é desenvolvido por mim, Michele Maia Mendonça Marinho, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Lidia Eugenia Cavalcante. O objetivo geral desta pesquisa é analisar como acontece a acessibilidade informacional para os estudantes com deficiência visual em cursos de Música na cidade de Fortaleza-Ceará. Informamos que os dados coletados serão utilizados apenas para fins desta pesquisa científica. Desde já agradecemos imensamente a sua colaboração e nos comprometemos em enviar cópia do resultado final deste estudo.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato por meio do endereço eletrônico: michele.maia.mmarinho@gmail.com ou pelo telefone: (85) 988716297.

1 CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO(A)

- 1.1 Idade _____
- 1.2 Ocupação _____
- 1.3 Gênero: () Masculino () Feminino () Outro () Prefiro não informar
- 1.4 Escolarização _____
- 1.5 Curso de Música que frequenta _____
- 1.6 Instrumento (os) que toca _____

2 CONTEXTO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO

- 2.1 Em quais contextos você necessita da informação musical?
- 2.2 De que modo a informação musical chega até você?
- 2.3 Onde você costuma buscar a informação musical que necessita?
- 2.4 Em quais tipos de suporte você acessa informação musical?

2.5 Você sente dificuldades em localizar informação musical de forma acessível?

2.6 Como você procura satisfazer suas necessidades informacionais no âmbito da música?

2.7 Você considera que as bibliotecas atendem suas necessidades de informação musical de modo satisfatório?

2.8 Você considera que as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual são atendidas pelas instituições de ensino?

2.9 De que forma você prefere acessar informação musical? (partituras em Braille, audição, outros)?

2.10 Com relação às partituras em Braille, você considera que elas são importantes para os músicos com deficiência visual?

2.11 Onde você costuma acessar partituras em Braille?

2.12 Como ocorre o compartilhamento da partitura em Braille? (institucional, amigos, professores, internet, outros)

2.13 Quais dificuldades você apontaria com relação à acessibilidade da informação musical? (Enumere de 1 a 5 em ordem de prioridade)

- f. () Psicológica (atitudes, comportamento, comunicação, etc.)
- g. () Demográfica (localização e acessibilidade das bibliotecas, etc.)
- h. () Interpessoal (relações com professores, colegas, profissionais, etc.)
- i. () Ambiental (condições favoráveis ou não para estudo, pesquisa, etc.)
- j. () Características da fonte (impressa, em Braille, internet, áudio, etc.)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a), eu, **Michele Maia Mendonça Marinho**, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Ceará, convido-o para participar da pesquisa intitulada: **ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA MÚSICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. O objetivo da pesquisa é analisar a acessibilidade informacional dos estudantes com deficiência visual nos cursos de Música, em Fortaleza - Ceará.

Suas respostas ao questionário serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo, de modo a preservar a sua identidade.

Sua colaboração é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua participação consistirá, portanto, em responder as perguntas sob a **forma de questionário**. O (a) Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.

O(a) Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Ressalto que a sua colaboração é muito importante e ela contribuirá para o desenvolvimento de estudos no âmbito da acessibilidade informacional.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos a qualquer tempo, solicito que entre em contato comigo.

Desde já agradecemos!

Lidia Eugenia Cavalcante

Orientadora

Michele Maia Mendonça Marinho

Orientanda

Pesquisadora Responsável **(85) 98871.6297**,
email: michele.maia.mmarinho@gmail.com

Fortaleza, ____ de novembro de 2020

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Nome do entrevistado: _____

(assinatura)